
ECOLOGIA

ANA LUIZA DE BARROS FERREIRA

**CRÍTICAS E ALTERNATIVAS DA ECOLOGIA
FEMINISTA AO PARTO E À REPRODUÇÃO
SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA**



Rio Claro - SP
2022

ANA LUIZA DE BARROS FERREIRA

CRÍTICAS E ALTERNATIVAS DA ECOLOGIA FEMINISTA AO PARTO E À REPRODUÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do grau de Ecóloga.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Angelita Matos Souza

Rio Claro – SP
2022

F383c Ferreira, Ana Luiza de Barros

Críticas e alternativas da ecologia feminista ao parto e à
reprodução social na sociedade capitalista / Ana Luiza de Barros
Ferreira. -- Rio Claro, 2022

72 p. : fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ecologia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências,
Rio Claro

Orientadora: Angelita Matos Souza

1. Parto. 2. Ecofeminismo. 3. Comunismo e ecologia. 4.
Humanização na saúde. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANA LUIZA DE BARROS FERREIRA

**CRÍTICAS E ALTERNATIVAS DA ECOLOGIA FEMINISTA AO
PARTO E À REPRODUÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE
CAPITALISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Ecóloga

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Angelita Matos Souza (orientadora)

Profa. Kena Azevedo Chaves

Profa. Dra. Maria José de Oliveira Campos

Aprovado em: 6 de julho de 2022



Assinatura do(a) discente



Assinatura do(a) orientador(a)

“Coma arroz, tenha fé nas mulheres”.

Fran Winant

AGRADECIMENTOS

Sei que um trabalho de conclusão de curso pode não parecer muita coisa, ainda mais se pensarmos nas pessoas que passam anos, se não uma vida inteira, dedicando-se à pesquisa. No começo do estudo, em um dia de muita afobação, liguei para o meu pai e contei um pouco do meu bloqueio do momento com o trabalho, ao que ele me disse: “Zi, estão sempre buscando formas de dificultarem que as pessoas se formem nas Universidades. Pense que essa é só mais uma delas – mas é a última que você precisa enfrentar para encerrar esse ciclo”. Essa fala me marcou, porque é exatamente isso. Diante de tantos desafios que passei durante esses longos anos de graduação, sejam eles internos ou externos, me pego extremamente surpresa de chegar até aqui. Então, é verdade que pode ser “apenas” um TCC, mas para mim é muito mais. Ainda mais de um curso como a Ecologia em uma Universidade Pública, que vêm passando por diversos processos de desmonte.

Tenho muita sorte de ter pertinho de mim uma rede de apoio de pessoas tão maravilhosas que é até difícil de acreditar. A lista é longa e a cabeça avoada, mas esse momento – o de agradecer – é certamente um dos mais importantes para mim agora. Até porque, que bonito é o ato de ser grata a algo ou alguém, não é?

Começo pela minha mãe – não teria como ser diferente. Entre nossos altos e baixos, o que permanece será sempre a força, coragem e acolhimento que me dá e ensinou a dar de volta. A fiz subir e descer as escadas de casa incontáveis vezes pedindo ajuda com o que eu estava escrevendo e não ouvi uma reclamação (mesmo com seu joelho dolorido), só correções muito úteis e incentivos para continuar. Também me emprestou inúmeros livros que, mesmo já meio caindo aos pedaços, fizeram toda diferença no fortalecimento do referencial bibliográfico desse trabalho. Mas, além de toda a ajuda com o TCC, agradeço principalmente pela boa vida que me fornece, pela inspiração em muitos dos assuntos que me guiam e por ter sido meu primeiro e verdadeiro contato com o feminismo. Tenho muito orgulho de ser sua filha e para sempre levarei comigo a frase que me disse em um momento de muita ansiedade com os estudos: “Não se leve tão a sério”.

Agradeço minhas irmãs, Maria Julia, Luna e Ana Flora. Me guio nas três por toda a vida. Maria Julia está comigo desde que nasci e, ainda que muito diferentes, pensamos e falamos as mesmas coisas ao mesmo tempo, e isso diz muito sobre a nossa ligação; obrigada por toda escuta, conversas e risadas. Luna chegou nesse

plano tem só seis anos, mas mudou a minha vida das formas mais bonitas possíveis; obrigada por reviver a criança que existe aqui dentro de mim. Ana Flora, te sinto comigo sempre; obrigada pela proteção e guiança. Mesmo. Nunca sou tão eu mesmado que quando estou com vocês.

Agradeço meu pai, minha vó Tilde e minha, acima de tudo, amiga Carline. Por confiarem no meu potencial, se mantendo presente em palavras de carinho e encorajamento. Pelo interesse em saber como estava o andamento do trabalho, se disporem a ler, ajudar, me relembrem que o autocuidado é o mais importante de tudo e por insistirem em me ver, mesmo eu dizendo que não teria tempo. Agora terei muito tempo para abraçar e estar presente com vocês. Obrigada pela confiança e paciência diante minha ausência.

Meus irmãos de coração, Igor e Má. Que importante foi crescer com vocês. Me fazem querer batalhar por um mundo mais justo e as lutas que travo tem muito de vocês também. Obrigada pela presença em todos os momentos.

Nessa trajetória maluca que é a vida me encontrei com muitas pessoas fora do ciclo familiar que fizeram e fazem parte da minha construção enquanto pessoa-mulher e que me marcaram de formas que jamais seria capaz de descrever. Dentre elas, as amigas e amigos que caminham comigo. Alguns estão por aqui há quase tantos anos quanto a minha idade e outros a menos tempo, mas que parece coisa de outras vidas. Assim, agradeço à:

Degusta, que chegou já no fim do meu tempo de graduação (e possivelmente de Rio Claro), mas que soube me acolher e ajudar de uma forma como nunca tinha visto antes. Sei que não teria sido capaz de escrever esse trabalho sem ter os momentos de risada, amor e conforto quando saía do meu quarto angustiada e encontrava com (quase) todos na sala ou na garagem conversando sobre desde as coisas mais sérias e profundas, até as mais efêmeras e gostosas. A cada uma e um de vocês, Danilo, Stephanie, Mel, Carlinhos, Mateca, Ronaldinho e Salem, obrigada de todo coração. Vocês são algumas das pessoas mais especiais que eu poderia ter encontrado. Me sinto muito, muito feliz de morar e partilhar tanto da vida com vocês.

Dungas, em especial Atrevida, Kinder, Pitaya e Saci. Que maravilhoso e importante foi morar com vocês também. Aprendi e aprendo muito com a nossa convivência, que, acima de tudo, é leve e das mais gostosas. Vocês me viram nos meus momentos mais difíceis e feios, e fizeram de tudo para cuidar de mim como se fossemos uma família – e realmente somos –, mesmo com todo meu esforço para

afastá-las de perto. Obrigada pela abertura, honestidade e por me aceitarem apesar desse jeitinho esquisito que tenho. A vida universitária teria sido impossível sem vocês. Admiro todas e cada uma de vocês em todas as suas formas e versões.

Meus amigos Zord e Feliz. Quantas coisas fortes passamos no decorrer da graduação. Moramos juntos em kitnets diferentes e compartilhamos a vida de uma forma muito intensa e extremamente importante para mim. O carinho que sinto por vocês é tanto que não cabe no peito, e algumas das minhas memórias mais gostosas de Rio Claro com certeza tem vocês junto. Que bom que encontrei gente doida que nem eu nessa vida! Obrigada por tanto suporte, por me ouvirem e acolherem em meus tantos surtos, loucuras e inseguranças sobre a faculdade e a vida.

Dani, Sophia, Daqui, Célia, Insolente e Caio. Sinto-me tão bem e querida perto de vocês, me vejo com mais carinho quando convivo com vocês e não tenho como agradecer o suficiente por isso. Vocês são incríveis.

Meu grande grupo de amigas, 9. Leca, Lau C., Carol, Beca, Lu, Gabi, Lau A. e Re. Acho tão bonito o porto seguro que construímos durante esses tantos anos de amizade. Agradeço de alma e coração por estarem comigo em praticamente todos os momentos da minha vida, dos mais alegres aos mais tristes. Agradeço também pela imensa paciência ao me ouvirem falar por meses sobre uma única coisa: o TCC. É lindo acompanhar a caminhada de vocês. Obrigada por acompanharem a minha também, com tanta presença e cuidado.

Carol-Morango. Já agradei inúmeras vezes por muita coisa, mas sinto que nunca será o bastante. São realmente muitas coisas pelas quais sou grata, mas nosso encontro é a principal delas. Além disso, esse trabalho não seria possível sem sua ajuda, até porque quem me colocou em contato mais profundamente com o tema do parto, foi você. Com seu apoio me tornei doula, que é possivelmente uma das minhas maiores paixões nessa vida. Agradeço por toda troca, todo carinho, palavra, acolhimento, e por acreditar em mim e na minha capacidade, sempre fazendo questão de me lembrar disso. Obrigada por permanecer.

Agradeço ainda às amigas muito queridas que se oferecem de colo sempre que preciso. Em especial Manu, Lu E. e Leticia que, além de compartilharem a vida comigo, oferecem sua escuta ativa e se demonstram genuinamente interessadas quando começo a falar sem parar sobre os assuntos trazidos nesse trabalho, que tanto reverberam dentro de mim.

Minha orientadora, Professora Angelita, que me auxiliou durante o processo

dessa pesquisa e sem a qual nada teria sido possível. Obrigada pelo suporte, paciência e oportunidade de ser sua orientanda e dar seguimento a um tema de grande importância.

Para finalizar, agradeço, todos os dias e para sempre, meus Orixás, anjo-da-guarda, ancestrais e à Pachamama, por me fornecerem clareza mental sempre que preciso (e são muitas vezes), me protegerem, estarem perto de mim em todos os instantes e enviarem sinais nos momentos mais simples e mais importantes – tento me atentar a todos eles. E, claro, agradeço ao Ilê Iyá Omi Asé Oiyá Bocossun e todas as entidades que lá me acolheram em momentos tão difíceis e tão transformadores. Obrigada por tudo. Por tanto.

O Universo foi muito gentil e generoso comigo. Sem todas e todos quemencionei, e muitos(as) outros(as), jamais teria conseguido chegar até aqui. Vocês acreditaram em mim muito mais do que eu mesma. Honro e agradeço muito a existência de vocês.

RESUMO

A dominação e domesticação da natureza e das mulheres é um tema estudado há décadas por teóricas do ecofeminismo. Demonstrando de forma didática a relação mulher-natureza, as integrantes desse movimento se encarregam de evidenciar como a perpetuação de certos ideais – como o de as mulheres serem mais semelhantes e próximas à natureza e, portanto, necessárias de intervenção – pela sociedade se faz essencial à manutenção do sistema capitalista patriarcal, assim como à reprodução social. Nesse contexto, a gestação, o parto e o puerpério consistem em elementos-chave no processo de dominação feminina e das capacidades reprodutivas de indivíduos do sexo feminino, e a medicalização obstétrica assume importante papel, pois usurpa o protagonismo do parto e o transfere aos médicos. Paralelamente a isso, é possível observar o contínuo processo de medicalização e industrialização do parto, fenômeno essencialmente natural e fisiológico, mas que passa por severas modificações a partir da inserção masculina nesse cenário, que se dá essencialmente a partir do evento histórico da caça às bruxas. Sabendo da escassez acadêmica que relacione a Ecologia a assuntos como o da esfera do parto e da reprodução social, o presente trabalho propõe uma revisão bibliográfica por meio de artigos majoritariamente feministas e ecofeministas referente ao parto e reprodução social no capitalismo, a fim de fomentar a construção e discussão dessa temática no campo ecológico e ambiental. Os trabalhos já realizados e aqui estudados demonstram uma clara conexão entre o tema proposto com a área da ecologia, ao mesmo tempo que apontam a já mencionada carência de estudos aprofundados que os correlacione.

Palavras-chave: Parto; Reprodução social; Natureza; Violência obstétrica; Ecofeminismo; Humanização; Educação Ambiental Crítica.

ABSTRACT

The domination and domestication of nature and women has been a topic studied for decades by ecofeminism theorists. Demonstrating in a didactic way the woman-nature relationship, the members of this movement are responsible for highlighting how the perpetuation of certain ideals - such as that of women being more similar and closer to nature and, therefore, necessary for intervention - by society is essential to the maintenance of the patriarchal capitalist system, as well as social reproduction. In this context, pregnancy, childbirth and the puerperium are key elements in the process of female domination and the reproductive capacities of female individuals, and obstetric medicalization assumes an important role, as it usurps the role of childbirth and transfers it to physicians. . Parallel to this, it is possible to observe the continuous process of medicalization and industrialization of childbirth, an essentially natural and physiological phenomenon, but which undergoes severe changes from the male insertion in this scenario, which occurs essentially from the historical event of “witch hunt”. Knowing the academic scarcity that relates Ecology to issues such as the sphere of childbirth and social reproduction, the present work proposes a bibliographic review through mostly feminist and ecofeminist articles referring to childbirth and social reproduction in capitalism, in order to promote the construction and discussion of this theme in the ecological and environmental field. The works already carried out and studied here demonstrate a clear connection between the proposed theme and the area of ecology, at the same time pointing out the aforementioned lack of in-depth studies that correlate them.

Keywords: Childbirth; Social reproduction; Nature; Obstetric violence; Ecofeminism; Humanization; Critical Environmental Education.

1. INTRODUÇÃO	9
2. DELINEAMENTO DE PESQUISA	14
3. CAÇA ÀS BRUXAS E A ESFERA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	15
3.1 Acumulação Primitiva, caça às bruxas e a apropriação do corpo feminino pela Igreja e o Estado	15
3.2 Força de trabalho, reprodução social e a maternidade na manutenção do sistema capitalista	22
4. ECOFEMINISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E FEMINISTA COMO FERRAMENTA PARA EMANCIPAÇÃO FEMININA NO CAPITALISMO	26
4.1 <i>Le féminisme ou la mort</i> : Ecofeminismo pelo fim da exploração das mulheres e do planeta	26
4.2 Educação Ambiental: a macrotendência Crítica e acorrente Feminista	29
5. A INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARTO	32
5.1 A relação entre Parto e Ecologia	34
5.2 O sofrimento físico e psíquico de mulheres consequente da medicalização obstétrica	37
6. MOVIMENTO PELA HUMANIZAÇÃO DO PARTO	47
6.1 Ginecologia Natural e Placentofagia	51
6.2 Dificuldades encontradas por mulheres em acessar atendimento humanizado na hora do parto	53
6.3 O Centro de Parto Humanizado Casa Ângela	56
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Assim, é preciso que fique claro que a solução dos problemas ambientais não é de natureza técnica, mas de uma opção político-cultural, pois, afinal, a técnica deve servir à sociedade e não estar subordinada àquela (GONÇALVES, 1990, p. 123).

A globalização, com seu percurso capitalista e patriarcal, tem se encarregado de acentuar a separação do homem da natureza, vendo esta como algo distante e necessária de dominação. Questionando essa forma de ver o mundo e viver nele, diversos movimentos político-sociais se estabelecem na sociedade na década de 1960, entre eles o movimento ecológico (GONÇALVES, 1990).

Dentre as muitas vertentes do movimento ecológico, a abordagem socioambiental é primordial no que diz respeito à ênfase do ser humano como parte fundamental e dependente da natureza, e para “desmistificar a ideia de que o natural não é intrínseco ao humano” (CONTE, 2019).

Convergindo como os ideais ecológicos e humanistas (socioambientais), na década de 1960, surge no mundo o Ecofeminismo, que traz à tona questões como a relação entre a saúde do meio ambiente e a do ser humano, adentrando nas questões de gênero e natureza, destacando, assim, que as mulheres, principalmente as pobres, negras, indígenas e das ditas “minorias sociais” são as que mais sofrem com a degradação ambiental. As ecofeministas iniciam o debate em torno da visão das mulheres como parcela da natureza, que as inferioriza como tal, domesticando-as de diversas formas, como se vê acontecer com o meio ambiente. Dessa forma, ecofeministas reivindicam seus direitos na sociedade, problematizando concepções como a da cultura superior à natureza (KUHN, 2018).

Essa vertente do feminismo leva em conta que apesar da mulher e da natureza serem inferiorizadas [...] podemos aceitar a conexão mulher-natureza [...] reconhecendo que a desvalorização da vida tem consequências profundas para a ecologia e às mulheres. O ecofeminismo é, portanto, incorporar a visão das mulheres na problemática ambiental, é uma luta social que se opõe contra a dupla exploração capitalista e patriarcal do ecossistema e das mulheres que se direcione para um ponto de encontro para o desenvolvimento sustentável (KUHN, 2018, p. 14).

Nesse sentido, tanto o ecofeminismo quanto o socioambientalismo integram na sua discussão a questão da saúde e da maternidade, incluindo a esfera da reprodução social, enfatizando sua função na perpetuação do sistema capitalista, essencialmente

machista e promotor da destruição ambiental.

Não se pode deixar de mencionar que as capacidades reprodutivas femininas têm sido exploradas por modelos de sociedade patriarcais desde o Neolítico, e essa exploração teve como marco da sua intensificação o período de transição do sistema feudal para o capitalista (FEDERICI, 2013; FERREIRA, 2017). A subjugação do trabalho reprodutivo e doméstico vem sendo objeto de estudo e discussão de teóricas e feministas, as quais se dedicam a estudar a esfera da reprodução social como essencial ao capitalismo, muito embora o conjunto de tarefas envolvidas nessa esfera não seja valorizado, sobretudo o trabalho doméstico não remunerado pelo mercado e Estado (FALQUET, 2016; SILIPRANDI, 2012). Entre as questões levantadas por autoras como D'Eaubonne (1998) e Ortner (1974), está a já mencionada relação entre a domesticação da natureza (por meio do desenvolvimento da agricultura e pecuária, por exemplo) e a concomitante domesticação da mulher, com suas capacidades fisiológicas definidas como marcadoras da necessidade de terem seus corpos e funções sociais controladas (SILIPRANDI, 2012).

Posto isso, o trabalho reprodutivo corresponde às tarefas executadas maioritariamente por mulheres, normalmente atreladas à maternidade e ao cuidado, em oposição às atividades na esfera da produção econômica. Ainda que ambos sejam essenciais à manutenção do capitalismo – as esferas da produção e da reprodução social – o trabalho reprodutivo não é valorizado, boa parte dele não é remunerado e nem considerado como trabalho propriamente dito, mas tratado como inerente à natureza feminina e, portanto, à função social das mulheres (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019; DAVIS, 2013; DEVREUX, 2011; FEDERICI, 2019; FRASER, JAEGGI, 2020;). Devreux (2011, p. 14) aponta que o trabalho de cuidado exercido pelas mulheres é considerado como parte da sua “natureza maternal”, e que define relações sociais entre sexo masculino e feminino e os papéis a serem exercidos por eles. A categorização de feminino e masculino, dessa forma, estabelece “o que é trabalho e o que não é; o que é produção e o que não é; o que é socialmente aceito e o que é desvalorizável, etc.” (DEVREUX, 2011, p. 14).

A maternidade ocupa o cerne da categorização do ser mulher e das atividades ditas femininas, bem como a sua função no contexto do trabalho reprodutivo. Dessa forma, não só o cuidar – enquanto ofício e sacerdócio – corresponde a um instrumento de dominação feminino, mas gestar, parir e amamentar figuram como elementos centrais nesse cenário, e a medicina tem importante papel no que se refere ao controle

de corpos femininos por meio da medicalização e da instrumentalização do parto (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2005).

Conte (2019), coloca que

É imprescindível explicitar o caráter insustentável do estilo de vida centrado nos campos econômicos e financeiros a despeito da especificidade subjetiva, das necessidades sociais e ecossistêmicas, seja através da emissão de gases do efeito estufa afim de aumentar a produtividade ou através do agendamento das cesarianas, que se ajustam às agendas médicas e têm duração planejada, gerando verdadeiras linhas de produção de bebês (CONTE, 2019, p. 12).

Nessa perspectiva, movimentos como o da luta ecológica, incluindo nele a educação ambiental e ecofeminismo, são fundamentais na perpetuação da justiça socioambiental, demonstrando que para alcançarmos um modo de vida efetivamente sustentável devemos abarcar não apenas questões de conservação ambiental, mas também – e na mesma medida – a dimensão humana, abrangendo nisso como as mulheres grávidas estão sendo tratadas há décadas pelas instituições médicas (CONTE, 2019).

A medicina moderna, em especial a ocidental, tem sido encarada desde o século XVIII com forte caráter biomédico, hegemônico e de patologização dos corpos, tratando as pessoas não como indivíduos, mas sim pacientes (CONTE, 2019). Com o avançar da industrialização, o cenário do parto também foi se alterando, passando de um processo natural, sagrado e fisiológico para um evento cercado de perigos e tabus. Partimos do pressuposto de que a medicalização/hospitalização do parto usurpa o poder feminino de parir, transferindo à instituição médica a função de “dar à luz”, transformando “aspectos da vida cotidiana em objetos da medicina” e assegurando sua “conformidade às normas sociais” (MILES *apud* NAGAHAMA; SANTIAGO, 2005, p. 655). Foucault (1982), autor ao qual recorreremos, compreende esse controle do corpo como estratégia primeira de controle social exercida pela medicina na sociedade capitalista.

Na contramão da crescente medicalização da gestação e do parto, cresce o movimento da ginecologia natural e também pela humanização do parto, que levanta bandeira pelo fim da violência obstétrica, pela difusão de informação a gestantes e puérperas quanto à saúde da mulher, e pela diminuição da indicação de cesárias desnecessárias (DINIZ, 2005). Nas décadas de 1950 e 1960, os movimentos dissidentes e contrários à industrialização do parto cresciam na Europa e nos Estados Unidos da América, influenciados pelo ativismo do parto sem violência, de Leboyer, e

pelos movimentos de contracultura emergentes na década, como o movimento hippie, defensor da ideia de “parto natural” (DINIZ, 2005; GASKIN, 2003). Atualmente, amplia-se também a visibilidade das parteiras tradicionais e seus conhecimentos milenares e ancestrais acerca de todo o período gravídico-puerperal, das mulheres e da natureza.

O Movimento pela Humanização do Parto e Nascimento tem, então, grande importância na devolução do protagonismo da mulher na hora do parto, que foi centrado nos médicos. No Brasil, uma das maiores referências em humanização do parto no sistema público de saúde é a Casa Ângela. A Casa Ângela é um Centro de Parto Humanizado localizado na periferia da zona sul da cidade de São Paulo, gerido pela Associação Comunitária Monte Azul, uma organização antropológica e não-governamental (LOPES, 2018). Tendo em vista as inúmeras dificuldades enfrentadas por mulheres periféricas no contexto da reprodução social no capitalismo, e a tendência ascendente de medicalização do parto, atrelada à banalização da violência obstétrica, iniciativas como a Casa Ângela são extremamente necessárias como pauta de reivindicação do movimento feminista e das organizações em prol da saúde da mulher.

Ainda relacionado ao parto e humanização, muito bem aponta Conte (2019) ao afirmar que

O ecofeminismo pode ser uma importante vertente do feminismo para se buscar o protagonismo do parto e uma melhora na dimensão socioambiental, pois é uma linha de pensamento com que se contestam desigualdade e violências no corpo social, pensando-se como uma forma antiautoritária, podendo utilizar essa linha de estudo para emancipação e empoderamento das mulheres (CONTE, 2019, p.83).

Salientamos, assim, que tudo o que envolve a reprodução, seja a gestação, o parto e o trabalho doméstico, vincula-se à natureza – a água, a floresta, a terra, o ar etc. – isso porque, para sustentar suas famílias, as mulheres direta ou indiretamente relacionam-se com o meio ambiente e, nesse sentido, o ecofeminismo é parte indispensável na luta das mulheres no que tange à reprodução (FEDERICI, 2020).

À vista disso, esse trabalho busca, por meio da revisão de literatura, sistematizar e analisar estudos já realizados acerca do parto e da reprodução social no sistema capitalista, buscando sempre evidenciar a relação ambiental e da ecologia com o tema acima mencionado, a fim de contribuir para o desenvolvimento de pesquisas que relacionem essas temáticas à Ecologia, tendo em vista que é um

assunto ainda pouco abordado dentro dessa área do conhecimento. Para isso, nos pautamos em obras essencialmente ecofeministas e feministas ligadas à teoria crítica do capitalismo e em estudos já realizados em diferentes áreas das ciências.

A pesquisa apresentada está estruturada em sete capítulos, sendo o primeiro esta Introdução e o último as Considerações Finais. No segundo capítulo, “Delineamento da Pesquisa”, é abordada a metodologia utilizada, recorrendo-se sobre as etapas que a compuseram, tais quais as plataformas utilizadas para encontrar os materiais estudados, as palavras-chaves usadas na ferramenta de busca e os critérios estabelecidos para incluir os trabalhos utilizados na revisão.

O terceiro capítulo, “Caça às Bruxas e a Esfera da Reprodução Social na Sociedade Capitalista” aborda a esfera da reprodução social como essencial ao capitalismo, dando enfoque nos prejuízos que ela gera na vida das mulheres, a partir de conceitos trazidos por feministas marxistas e/ou socialistas sobre acumulação primitiva, a caça às bruxas e a apropriação dos corpos femininos.

No quarto capítulo, “Ecofeminismo e Educação Ambiental Crítica e Feminista como Ferramenta para a Emancipação Feminina no Capitalismo” é realizada uma revisão bibliográfica em cima do tema do Ecofeminismo e da Educação Ambiental Crítica e Feminista, entrando, portanto, com o olhar ecofeminista a partir dos temas abordados anteriormente, incluindo, ainda, a Educação Ambiental Crítica para fortalecer a conexão entre os assuntos dispostos no trabalho.

O capítulo cinco, “Industrialização do Parto”, por sua vez, retrata a relação entre parto e natureza, bem como o sofrimento físico e psíquico enfrentado por mulheres que vivenciaram algum tipo de violência obstétrica. E a seção final, intitulada “Movimento pela Humanização do Parto e Nascimento”, traz, além de um breve histórico sobre tal movimento, as dificuldades encontradas por mulheres em acessar um atendimento humanizado na hora do parto, uma rápida introdução ao assunto da ginecologia natural e placentofagia, relacionando-os ao tópico retratado e, por fim, a fim de enriquecer os resultados da pesquisa bibliográfica, um breve histórico sobre o Centro de Parto Humanizado Casa Ângela.

2. DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente trabalho se caracteriza como uma revisão bibliográfica, desenvolvido por meio de consultas em acervos de artigos científicos e livros físicos e digitais. Os livros físicos foram adquiridos em acervo pessoal, enquanto os artigos e livros digitais foram publicados e encontrados nas plataformas Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Capes e U.S National Library of Medicine (PubMed). Além disso, foram utilizados sites oficiais com informações e entrevistas empregadas ao longo da pesquisa.

O procedimento de levantamento dos materiais contou com a busca de palavras-chave como Ecologia, Parto, Humanização, Natureza, Educação Ambiental, Ecofeminismo, Partes Tradicionais, Violência Obstétrica, Capitalismo e Reprodução Social. A partir disso foram selecionados monografias, dissertações, livros, periódicos e artigos científicos que abrangessem o tema proposto, sendo desconsiderados os que não se demonstravam relevantes para tal.

A metodologia de pesquisa compreende tanto os procedimentos metodológicos como o método orientado por perspectivas teóricas. No caso desta investigação, cujos resultados apresentamos nesse relatório final, os procedimentos metodológicos envolveram, principalmente, a pesquisa de fontes secundárias. Por sua vez, essa pesquisa bibliográfica se articula propriamente ao método, no tocante à orientação teórica, e, como indicado, os estudos feministas e ecofeministas, sobre a esfera da reprodução social, embasaram nossa tentativa de análise do objeto de estudo “medicalização obstétrica e humanização do parto”. A pesquisa das fontes primárias subsidiou com dados as considerações sobre as práticas obstétricas no Brasil e sobre experiências de humanização do parto, notadamente sobre a do Centro de Parto Humanizado Casa Ângela.

A pesquisa bibliográfica é definida como de carácter explanatório, isto é, torna possível um envolvimento maior com o tema, desenvolvendo mais intensamente as ideias e dando espaço a “descobertas de intuição” (CONFORTO; AMARAL; da SILVA, 2011; GIL, 2007). Sendo assim, o pesquisador alcança resultados satisfatórios sobre a temática a partir da localização, compilação, leitura, análise crítica e elaboração das ideias no texto autoral dos dados e estudos obtidos por meio das fontes bibliográficas listadas (RAUEN, 2002).

3. CAÇA ÀS BRUXAS E A ESFERA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

No modelo capitalista, a desigualdade de gênero corresponde a uma das bases em que as subsequentes opressões desse sistema se fundamentam. Um dos períodos chave para compreender a forma como os papéis de gêneros e as violências perpetradas contra mulheres em diferentes esferas sociais se desenvolveram foi a transição entre feudalismo e capitalismo, momento histórico que tem como um de seus emblemas a caça às bruxas.

O presente capítulo dedica-se a discorrer sobre a transição entre esses dois sistemas sócio-políticos, resgatando o conceito de acumulação primitiva designado por Marx; a caça às bruxas e o processo de apropriação do corpo feminino pela Igreja e pelo Estado, partindo, sobretudo, da obra de Silvia Federici (2017; 2019; 2021), bem como seus desdobramentos na formação de uma sociedade atualmente misógina e patriarcal, e a esfera da reprodução social como essencial ao capitalismo.

3.1 Acumulação Primitiva, caça às bruxas e a apropriação do corpo feminino pela Igreja e o Estado

[...] se as mulheres não se organizarem contra essas caças às bruxas, ninguém mais fará isso, e a campanha de terror continuará sob a forma de caça às bruxas ou de novas maneiras. Uma lição que podemos tirar do retorno da caça às bruxas é que essa forma de perseguição não está mais vinculada a um momento histórico específico. Ela adquiriu vida própria, de modo que os mesmos mecanismos agora podem ser usados em sociedades diversas, quando nelas houver pessoas que precisam ser ostracizadas e desumanizadas. As acusações de bruxaria, na verdade, são o mecanismo supremo de alienação e distanciamento, na medida em que tornam as pessoas acusadas – que ainda são principalmente mulheres – seres monstruosos, dedicados à destruição de suas comunidades, transformando-as, portanto, em não merecedoras de qualquer compaixão e solidariedade. (FEDERICI, 2017, p.137)

Silvia Federici, em sua obra “O Calibã e a Bruxa” (2017), dedica-se a explicar como a caça às bruxas, ocorrida entre os séculos XII e XVII, forneceu bases para o que viria a ser a consolidação do sistema capitalista, fundamentado num modelo de desigualdades ainda vigentes.

Antes de adentrar em considerações acerca da caça às bruxas e sua importância no período transitório entre feudalismo e capitalismo, cabe ressaltar que Federici (2017) inicia suas reflexões levantando questionamentos a respeito de obras

de Karl Marx, no que tange ao conceito de acumulação primitiva e à ausência, em seu trabalho, de referências que pontuem o trabalho doméstico e materno, majoritariamente não-remunerado, como fundamentais para que o sistema capitalista se mantenha. Apesar dos apontamentos feitos, em *O patriarcado do salário* (2021) a autora declara que

[...] assumir uma postura crítica em relação a aspectos da teoria política de Marx não significa rejeitar sua obra nem deixar de reconhecer sua importância única. Marx nos deu a linguagem e as categorias necessárias para pensar o sistema capitalista e compreender a lógica que impulsiona sua reprodução crescente. (FEDERICI, 2021, p. 19)

A autora destaca em seus trabalhos que, apesar de reconhecer a importância da obra de Marx acerca da acumulação primitiva e do funcionamento do modo de produção capitalista, no conjunto da obra do autor foi negligenciada a participação das mulheres nesse processo, “invisibilizando o quanto os corpos das mulheres foram violentados no processo de consolidação do capitalismo”, de forma a centralizar “seus estudos sob um viés e uma perspectiva masculina” (FEDERICI, 2017 *apud* SILVA, 2020, p. 32).

Garcia (2022, p. 27) pontua que “as reflexões de Silvia Federici caminham nesse sentido e contemplam UM (sic) ponto de vista sobre as mulheres que outrora fora deixado de lado por circunstâncias diversas”. Garcia (2022), ainda tratando desse tema, reproduz Costa, a qual salienta que

[...] o debate sobre a acumulação primitiva, realizado por Marx, nos fornece os elementos basilares para compreendermos a lógica e o fundamento do modo de produção capitalista. O retorno aos debates empreendidos por Marx, nesta parte de *O Capital*, nos auxilia a entender a lógica da colonização, os processos gerados com a escravização da população indígena e negra, e a organização financeira inicial do capital [...] (COSTA, 2019, p. 22 *apud* GARCIA, 2022, p. 27)

Assim sendo, no decorrer da obra, Federici desenvolve sua argumentação mostrando que

[...] no sistema capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio a reprodução e a acumulação de trabalho. (FEDERICI, 2017, p.34)

Abordada a reflexão feita por Federici acerca do recorte realizado por Marx em suas análises e sobre a importância de abordar as desigualdades de gênero, nesse ínterim, a autora expõe que a opressão e exploração de corpos femininos não se iniciou apenas com o capitalismo, mas teve nesse período um momento crucial haja vista que, na fase de acumulação de riquezas durante a transição entre o sistema feudal e o capitalismo, “as mulheres foram as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 17). Dessa forma, Federici levanta a importância do conceito de acumulação primitiva de Marx, “já que conecta ‘a reação feudal’ com o desenvolvimento de uma economia capitalista” (FEDERICI, 2017, p.117), bem como “identifica as condições históricas e lógicas para o desenvolvimento do sistema capitalista” (FEDERICI, 2017, p.118).

Ao mencionar esse ponto, a autora refere-se à série de acontecimentos ocorridos nesse período transitório, da assim chamada acumulação primitiva, e que propiciaram o estabelecimento de um novo modelo de produção, a partir das manifestações de revolta organizadas contra a hierarquia feudal. De acordo com Marx (2014, p. 787)

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. (MARX, 2014 *apud* GARCIA, 2022, p. 31)

Nesse contexto, de acordo com Federici,

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (FEDERICI, 2017, p. 119)

Sendo assim, compreende-se que o capitalismo engendrou-se num período que envolveu diversas transformações sociais, culturais e econômicas, concretizando-se a partir de uma “ruptura revolucionária da burguesia contra o modo de produção feudal” (GARCIA, 2022). Nesse cenário, ademais dos embates entre senhores feudais, servos e a ascendente classe de mercadores (burgueses), estiveram ativas

também as mulheres em processos de participação política, despontando assim as primeiras organizações femininas que reivindicaram equidade de gênero (GARCIA, 2022).

Esse processo todo foi duramente marcado por brutais violências perpetradas aos grupos rebeldes, e as mulheres foram especialmente culpabilizadas, perseguidas e massacradas. Dentro da configuração social feudal, era comum que as mulheres se organizassem em grupos onde realizavam atividades afins, geralmente ligadas a tarefas agrícolas e “trabalhos do cuidado” (SILVA, 2020). Por conta disso, formavam-se redes solidárias entre mulheres, que se organizavam em um “tecido de proteção” que lhes possibilitava “meios de articulação e resistência” (GARCIA, 2022, p. 32).

As mulheres camponesas pobres não tinham como cuidar da saúde, a não ser com outras mulheres [...] cultivadoras ancestrais das ervas que devolviam a saúde, e as melhores anatomistas do seu tempo. Eram as parteiras que viajavam de casa em casa, de aldeia em aldeia, médicas populares para todas as doenças [...] (MURARO, 2015, p. 79)

Durante esse período, iniciou-se o processo de expropriação de terras, o que acarretou em um importante episódio de êxodo rural no que se refere à consolidação do capitalismo. Com grandes massas populacionais obrigadas a se deslocarem para as cidades, muitas pessoas passaram à situação da extrema pobreza. Para driblar a fome e a indigência, homens e mulheres exerciam diversas profissões, muitas vezes, sem divisões e papéis pré-estabelecidos, de forma com que mulheres passaram a ocupar cargos antes relegados exclusivamente a homens, como ferreiras, marceneiras, professoras e médicas, sendo, inclusive, as únicas envolvidas em partos tanto normais quanto até mesmo procedimentos menos simples, quando necessárias (FEDERICI, 2017; MIES, 2018).

Além disso, como expõe Mies (2018),

Los pobres del campo enviaban a sus hijas para que se buscasen la vida porsí mismas como criadas, porque los padres no podían alimentarlas hasta casarlas. Esto provocó un crecimiento del número de mujeres sin pareja, solteras o viudas, que tuvieron que convertirse en económicamente activas. Las ciudades, entre los siglos XII y XIII, no excluían a las mujeres de ningún oficio que quisieran emprender. (MIES, 2018, p. 159)

Desse momento histórico, data um aumento de ataques misóginos, os quais estenderam-se aos sermões da Igreja Católica, que dedicou-se a um verdadeiro

“catecismo sexual”, detalhando normas e dogmas acerca de questões voltadas ao gênero e à sexualidade, bem como passou a desenvolver mecanismos que visassem reprimir mulheres quanto à autonomia de seus corpos e ao uso de plantas medicinais em contextos que envolvessem a saúde reprodutiva feminina, como no ciclo menstrual ou para a interrupção da gestação (FEDERICI, 2017).

Em meio a crises acarretadas pela expropriação de terras e pelo êxodo rural, bem como pelas disputas entre camponeses e senhores feudais, a caça às bruxas se estabeleceu e ganhou cada vez mais força (FEDERICI, 2017). Nesse contexto, a relação das mulheres com seus corpos, sua ancestralidade e com a natureza foi apagada por meio do massacre e extermínio de milhares de mulheres, rotuladas como “bruxas”. A perseguição de mulheres que não estivessem de acordo com as normas e dogmas estabelecidos pela Igreja se intensificou por países europeus por meio de leis que aprovavam essa perseguição, e que incluíam tortura e penalidades de acordo com a “infração” cometida (FEDERICI, 2017).

A fim de disciplinar e punir mulheres com comportamentos considerados dissidentes, foram escritos e publicados diversos manuais sobre como identificar bruxas, e quais as punições cabíveis para cada caso. Desses materiais, o mais conhecido foi o *Malleus Maleficarum*, ou Martelo das Feiticeiras, publicado no ano de 1485, que descrevia, entre as dezenas de métodos de tortura e execução, práticas que envolviam queimar mulheres vivas em grandes fogueiras públicas (FEDERICI, 2017). Além da Igreja, outros setores da sociedade estiveram envolvidos, respaldando essas práticas, como a imprensa nascente. Segundo Federici, a imprensa era responsável por “alertar o público sobre os perigos que as bruxas representavam, por meio de panfletos que publicizavam os julgamentos mais famosos e os detalhes de seus feitos mais atrozes” (FEDERICI, 2017, p. 299).

Com a caça às bruxas, todas as mulheres foram brutalmente prejudicadas, não apenas pela atmosfera de medo e tensão que pairava entre todas, devido ao receio de serem consideradas bruxas, como também devido à exclusão que tiveram dentro de diferentes setores e núcleos sociais. As mulheres foram, dessa maneira, excluídas de espaços que seriam, portanto, de acesso exclusivo aos homens, dotados de força e inteligência das quais as mulheres em geral eram consideradas desprovidas. Por conta disso, no que se refere à autonomia financeira, à divisão do trabalho e à remuneração, mulheres se viram cada vez mais desfavorecidas e dependentes de figuras masculinas, tendo sua liberdade cerceada, fator que contribuiu para que se

voltassem cada vez mais a tarefas exclusivamente domésticas e relacionadas ao cuidado com o marido e os filhos (FEDERICI, 2017).

Coadunando esse fato com as aptidões das chamadas bruxas, muitas delas eram parteiras, conhecedoras de métodos contraceptivos, bem como da interrupção da gravidez [...] na nova ordem, parteiras passaram a serem desvalorizadas, e a obstetrícia passou a ser relegada apenas a homens. (FEDERICI, 2017 *apud* GARCIA, 2022, p. 38)

Ainda que não estivessem envolvidas em tarefas ditas masculinas, não estivessem associadas à parteria e ao uso de plantas medicinais, nem cumprissem com os estereótipos de mulheres ligadas à “prostituição e homossexualidade”, consideradas como atividades hediondas, as mulheres pobres e sem teto também foram severamente perseguidas e punidas, em especial aquelas conhecidas como *cottars*, antigas agricultoras que, após expropriadas, tentavam prosseguir com cultivos agrícolas em terras comunais. Federici relata, ainda, que

Muitas mulheres acusadas e processadas por bruxaria eram velhas e pobres, e dependiam com frequência da caridade pública para sobreviver. A bruxaria – segundo dizem – é a arma daqueles que não têm poder. Mas as mulheres velhas eram também mais propensas do que qualquer outra pessoa a resistirem à destruição das relações comunais causadas pela difusão das relações capitalistas. [...] A caça às bruxas inverteu a imagem da mulher velha: tradicionalmente sábia, ela se tornou um símbolo da esterilidade e da hostilidade à vida. (FEDERICI, 2017, p.348)

A população, de maneira geral, estava tão profundamente preocupada com as bruxas enquanto ameaças para a ordem e a paz, que tal perseguição desencadeou um estado de completa desconfiança, com denúncias cada vez mais recorrentes nas comunidades locais, sem que fossem necessárias provas para que as suspeitas fossem torturadas e assassinadas (FEDERICI, 2017; 2019). Nesse cenário, era nítida a proposta de extinguir toda e qualquer resistência feminina sobre as imposições acerca do controle dos corpos e do acesso das mulheres a espaços comuns e, especialmente, às terras e ao capital, no período fundamental para a consolidação do capitalismo e da hegemonia político-econômica masculina (FEDERICI, 2017).

O capitalismo, que sempre considerou uma enorme ameaça que a parcela da população responsável por sua maior fonte de lucro (a força de trabalho) decidisse sobre como viveria ou se viveria os processos de reprodução, bem como sempre foi intimidado pelo desconhecimento sobre os saberes de cura

e de fé que perpassavam a realidade dessas mulheres, obteve através da caça às bruxas a repressão de toda e qualquer subversão semelhante. (FEDERICI, 2019 *apud* GARCIA, 2022, p.36)

Dessa maneira, segundo Garcia (2022, p. 36), “a caça às bruxas se caracterizou como um dispositivo da nova ‘parceria’ entre capitalismo e patriarcado para transformar as formas de reprodução e sexualidade em um mecanismo da economia”. A caça às bruxas foi, portanto, um dos mecanismos aplicados para manter mulheres sob controle e subordinação, como parte da estratégia para manter a ordem burguesa, a partir de cooperações entre a emergente classe mercantil, a Igreja Católica, a imprensa e o Estado (FEDERICI, 2017; MIES, 2018).

Ao castigar as bruxas, era punida, também, toda e qualquer ideia de subversão, de paganismo, de ataque à propriedade privada e de insubordinação à suposta superioridade masculina e advinda das classes mais abastadas. Além disso, estaria severamente punido o desvio sexual de qualquer ordem, seja a promiscuidade, a homossexualidade, ou o aborto, pois a sexualidade estava, portanto, sob domínio estatal e eclesiástico (FEDERICI, 2019).

Desse período data, também, a epidemia de peste bubônica que assolou a Europa, considerada um “atenuante para a caça às bruxas no que tange a criminalização do controle da natalidade” (GARCIA, 2022, p. 38), visto que a abrupta diminuição da população significava, também, a escassez de mão-de-obra e das forças produtivas necessárias ao desenvolvimento do sistema político e econômico em ascensão (FEDERICI, 2017; GARCIA, 2022).

Neste terreno, discorrendo sobre o capitalismo avançado, Safiotti (2004) aponta que, em se tratando da subjugação feminina propagada no capitalismo, nota-se não apenas

[...] a intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las de controlar a quantidade de nascimentos e o espalho de tempo entre filhos, o controle está sempre em mãos masculinas [...]. (SAFFIOTTI, 2004, p. 106)

A dominação dos corpos femininos foi e segue sendo recorrente em diferentes âmbitos e setores, mesmo após o fim da caça às bruxas e com a consolidação do capitalismo enquanto sistema vigente. No campo da gestação e do parto, por

exemplo, são inúmeros os impactos que decorrem até hoje da lógica patriarcal, patologizante e misógina acerca da fisiologia feminina.

A posição mais amplamente utilizada, tanto em partos normais quanto em cesarianas, chamada de decúbito dorsal (deitada), é oriunda de 1663, sendo documentada pela primeira vez após uma ordem do rei Luís XIV da França, que queria assistir à saída de seu filho através do canal vaginal (TURA, 2014). Cinco anos depois, o médico obstetra François Mauriceau, publicou, baseando-se nessa experiência, um tratado de obstetrícia recomendando que mulheres sempre se deitassem para parir. Essa recomendação tornava o parto mais simples para o médico (nessa época, sempre uma figura masculina) e permitia o uso do fórceps, instrumento que busca forçar a extração do feto e que hoje tem seu uso configurado como violência obstétrica (TURA, 2014). O parto em decúbito dorsal, apesar de ser mais confortável para o médico, é extremamente desconfortável para a parturiente, tornando a saída do bebê mais difícil e dispendiosa. Ainda assim, essa posição segue sendo amplamente utilizada desde então, desconsiderando a autonomia da mulher ao parir e a sua saúde e integridade física e emocional (TURA, 2014).

As operações de caça às bruxas, realizadas ao longo dos séculos XII a XVII, repercutiram no fim do feudalismo para a consequente ascensão e consolidação do modelo capitalista no qual vivemos hoje. Além disso, as punições e execuções realizadas institucionalizaram o que viria a acarretar em uma série de normas que tangem ao domínio do corpo feminino por parte da Igreja e do Estado, representados por figuras masculinas e europeias.

3.2 Força de trabalho, reprodução social e a maternidade na manutenção do sistema capitalista

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] (MARX, 2013, p. 255-256).

Durante os séculos que se estenderam ao longo da transição do feudalismo para o capitalismo, o sistema de unidades familiares se estruturou baseando-se em divisões de tarefas a partir do sexo biológico, de forma com que tarefas de cunho produtivo, ligadas ao trabalho remunerado, passaram a ser representadas majoritariamente por indivíduos do sexo masculino, e tarefas domésticas, voltadas ao lar e ao cuidado com outrem, passaram a ser de responsabilidade exclusivamente feminina (KERGOAT, 2002; FALQUET, 2013; FEDERICI, 2013).

Como expõe Federici (2013, p. 36), data deste período o “desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho que submete o trabalho feminino e a função reprodutiva das mulheres à reprodução da força de trabalho”, ou seja, ainda que fundamental à manutenção da vida e à sustentabilidade humana, o trabalho reprodutivo estaria subjugado ao trabalho produtivo, sendo não apenas desvalorizado e não-remunerado, como considerado inerente à “natureza feminina”, marcadamente maternal e cuidadosa (DEVREUX, 2011; FEDERICI, 2013).

De acordo com Devreux (2011),

Esse trabalho de categorização operado por meio das relações sociais de sexo consiste em dar – e fixar como verdade – definições sociais: estabelecer que é um homem e o que é uma mulher; estabelecer o que é trabalho e o que não é; o que é produção e o que não é. Estabelecer também o que é normal para uma mulher e o que não é; o que é possível para uma mulher e o que não é; o que é socialmente aceitável e o que é desvalorizável, etc. Tal trabalho de categorização é assimétrico: a posição dominante dos homens dispensa estabelecer o que é masculino, pois o masculino é a norma de referência. (DEVREUX, 2011, p.14)

Nesse cenário, Carrasco, Borderías e Torns (2011), discorreram acerca das forças que provocaram mudanças na reorganização das relações entre indivíduos, família e Estado no contexto das esferas de produção e da reprodução social no capitalismo. Os autores apontam que, nesse cenário, os indivíduos estiveram divididos entre diferentes categorias, nas quais homens adultos, representantes do proletariado, seriam os “ganhadores de pão”, e as mulheres seriam as responsáveis pelo cuidado com as crianças, os idosos, os animais, a casa e com os próprios homens representantes do proletariado, por situarem-se como “responsáveis naturais do cuidado, gerando um processo de ressignificação da maternidade em conflito com as atividades produtivas” (CARRASCO; BORDERÍAS; TORNOS, 2011, p. 19).

O embate gerado pela polarização entre produção e reprodução social tem sido discutido por feministas de diferentes correntes, entre elas o Feminismo Marxista e o Ecofeminismo (do qual falaremos no capítulo seguinte), desde os anos 1970. Estas correntes se dedicaram a investigar “o caráter indissociável da reprodução do capital da reprodução dos seres humanos, a subordinação da reprodução à produção e a sujeição de um sexo ao outro” (HAICAULT; COMBES, 1986, p. 11), bem como as relações entre “a produção social de bens” e a “produção social de seres humanos”, como “processos sociais que coexistam em toda formação social” (FERREIRA, 2017, p.90).

De acordo com Ferreira (2017), o trabalho voltado aos cuidados e ao lar é parte fundamental do capitalismo desde seu surgimento até os dias atuais, realizando “mediação fundamental para a reprodução da economia capitalista” (FERREIRA, 2017, p.91). A autora avalia que a maternidade e o trabalho doméstico produzem o elemento mais fundamental para que o capitalismo se mantenha: a força de trabalho.

Parafraseando Marx, a autora declara que

Essa mercadoria, “que é mortal” (MARX, 2013), requer um processo contínuo de manutenção e reposição da energia corporal e, ainda, de atividades relacionadas à “modificação de sua natureza” para adequá-las às exigências das relações de produção (MARX, 2013, p. 247) – socialização, educação, disciplinamento, valores morais. Marx analisou esta reposição em termos de mercadorias necessárias à manutenção desta “força viva”, cujo equivalente determinaria o valor do salário (FERREIRA, 2017, p. 91)

Ainda segundo Marx (2013, p. 246),

O proprietário da força de trabalho é mortal. Portanto, para que sua aparição no mercado de trabalho seja contínua, como pressupõe a contínua transformação do dinheiro em capital, é preciso que o vendedor de força de trabalho se perpetue, como todo indivíduo vivo se perpetua pela procriação. As forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortas têm de ser substituídas, no mínimo, por uma quantidade igual de novas forças de trabalho. A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado. (MARX, 2013, p. 246)

Como levantado por Federici, no início de sua obra “O Calibã e a Bruxa” (2017), e exposto no começo do subcapítulo anterior do presente trabalho, à análise de Karl Marx sobre o valor da força de trabalho faltou mencionar todo o tempo e valor incutidos

na produção da força de trabalho por meio das tarefas voltadas ao cuidado dentro da esfera da reprodução social, como socialização das crianças, a manutenção doméstica e mesmo a gestação, o parto e o puerpério como essenciais para a manutenção da economia (FEDERICI, 2017; MIES, 1986).

Como observa Nogueira (2011, p. 174), “o trabalho realizado diariamente pelas mulheres no espaço reprodutivo possibilita ao capitalista a segurança da reprodução e a perpetuação da força de trabalho e, dessa maneira, garante também a reprodução e a manutenção da própria lógica do capital.” O trabalho ao qual a autora se refere envolve esforço não apenas biológico e reprodutivo, como no caso da gestação e amamentação, mas também emocional, visto que as demandas com o cuidado de seres humanos envolvem também intensa atenção interpessoal, tirando das mulheres incumbidas dessa função muitas vezes a atenção sobre suas próprias necessidades (FERREIRA, 2017).

Atualmente, é crescente o número de estudiosas que se dedicam a analisar a centralidade das tarefas reprodutivas e domésticas para “o cuidado e sustentabilidade da vida humana”, agregando à teoria da reprodução social a questão socioambiental e enriquecendo “a análise da relação contraditória entre seres humanos e natureza no capitalismo patriarcal” (CARRASCO, 2001 *apud* FERREIRA, 2017, p. 90)

A responsabilização da mulher em tarefas de cunho doméstico e nas atividades de cuidado baseia-se em justificativas voltadas a uma suposta “natureza maternal” feminina, em “instintos de cuidado” e numa obrigação biológica de dedicação extenuante ao trabalho em prol da família; inferências feitas a partir da condição sexual das mulheres enquanto fêmeas. Sobre esse ponto, a vertente Ecofeminista vem colocando em xeque, nos últimos cinquenta anos, definições sobre o ser mulher, e reivindicando pautas voltadas à reprodução social e saúde sexual e emocional das mulheres.

4. ECOFEMINISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E FEMINISTA COMO FERRAMENTAS PARA A EMANCIPAÇÃO FEMININA NO CAPITALISMO

O modelo de sociedade vigente caracteriza-se pela exploração e subordinação humanas para fins de acúmulo de capital, por meio da apropriação da força de trabalho. Nesse sentido, a esfera da reprodução social configura fator essencial para a manutenção do sistema capitalista, visto que, além de gerar força de trabalho por meio da reprodução, as mulheres são responsáveis por gestar, parir, amamentar e cuidar dos indivíduos que se converterão em força de trabalho, de maneira ininterrupta, não-remunerada e desvalorizada.

Como visto no capítulo anterior, os balanços demográficos e a relação do homem com a natureza modelaram as divisões sexuais e violências a elas associadas. Nesse capítulo, adentraremos nesse cenário a partir da ótica do Ecofeminismo, que se dedica, desde os anos 70, a compreender a relação entre a dominação dos corpos femininos e a dominação da natureza. Ademais, abordaremos a macrotendência crítica da Educação Ambiental, que, além de abranger questões de cunho ambiental, dedica-se às reivindicações sociais, compreendendo a profunda conexão entre esses âmbitos, a partir de uma atuação pautada na perspectiva socioambiental, bem como a recente corrente feminista em Educação Ambiental.

4.1 *Le féminisme ou la mort*: Ecofeminismo pelo fim da exploração das mulheres e do planeta

Os anos 1960 marcaram o surgimento de diversos movimentos de contra- cultura, voltados ao pacifismo, ao ambientalismo, ao desarmamento nuclear e ao feminismo. Dentre as feministas, as militantes se organizavam em três grupos principais: as “feministas liberais”, que reivindicavam pautas como a equidade salarial, mas não se aprofundavam nas causas e desdobramentos da lógica patriarcal vigente; as “feministas materialistas”, embasadas na obra de Marx e Engels, abordando a luta de classes e a família nuclear como essencial ao capitalismo; e as “feministas radicais”, que consideravam a subjugação do sexo feminino como imprescindível para a compreensão das demais desigualdades no capitalismo, sendo, para elas, a opressão de gênero “a opressão primeira” (PULEO, 2005 *apud* GOES, 2021). Com as teóricas do Feminismo Materialista e do Feminismo Radical, eclodem, então, os

primeiros debates associando produção e reprodução social, e a dominação de homens sobre corpos femininos, sobre territórios e sobre a Terra (PULEO, 2005; SILIPRANDI, 2015).

Assim, as feministas radicais abordavam veementemente a importância da autonomia das mulheres sobre seus corpos, como fundamental para a construção de modelos de sociedade realmente igualitários. Desse período remontam, também, discussões envolvendo a “crise demográfica” e a problemática ambiental, associando a superpopulação humana à extrema exploração do planeta e seus recursos, e as feministas radicais levantavam a discussão acerca dos direitos reprodutivos femininos como central para reverter tal crise, visto que colocavam em xeque não apenas o antropocentrismo, como também a ideia de “androcentrismo” (SILIPRANDI, 2015).

Ademais, feministas radicais, como Françoise D'Eaubonne, trouxeram ao debate feminista a necessidade de lutarem não apenas por direitos reprodutivos (tais quais a legalização do aborto e a democratização de um sistema de saúde feminina), como também a importância de questionarem ideais capitalistas de produção e consumo como inerentes ao cenário de crise demográfica e, sobretudo, de colapso socioambiental (D'EAUBONNE, 1974; PULEO, 2005).

A primeira publicação atrelando o colapso ambiental ao modelo capitalista patriarcal é de autoria de D'Eaubonne (1974), sob o título *Le féminisme ou la mort*, em que a autora apontava a necessidade de mudança do paradigma antropocêntrico e misógino para frear a crise ambiental. Segundo D'Eaubonne, citada por Siliprandi (2015),

[...] o controle da natalidade era apenas parte da equação, sendo outra o modelo econômico produtivista excludente, dominado pelos homens, que orientava os países industrializados (tanto capitalistas quanto socialistas) e que estava levando a humanidade ao colapso, numa clara relação entre superpopulação, devastação da natureza e dominação masculina. (D'EAUBONNE, 1974 *apud* SILIPRANDI, 2015, p. 46)

A maneira de tratar o feminismo, proposta por D'Eaubonne, difere tanto das demais teóricas do Feminismo Radical de sua época, quanto das representantes do Feminismo Materialista, no que diz respeito à crise ambiental (PULEO, 2000). A partir dessa publicação, outras feministas começaram a associar ambos os temas, e, no mesmo ano, Ortner (1974) cunhou o termo Ecofeminismo para se referir às ideias de D'Eaubonne. Dessa forma, a publicação *Is female to nature as male is to culture?*, de

Ortner (1974), representa o marco inicial do Ecofeminismo enquanto corrente teórica independente (SILIPRANDI, 2015).

Na obra, a autora baseia-se em D'Eaubonne e em Beauvoir (1949) para associar a desigualdade de gênero ao aparato sexual ginecológico e às características fisiológicas ligadas às mulheres, como a menstruação, a gestação e o parto. Além disso, Ortner atrela essas características à ideia imposta à mulher de que, por ter um corpo voltado a processos “naturais”, tais quais os mencionados, esta estaria mais aparentada à natureza, sendo, portanto, passível de domesticação (ORTNER, 1974 *apud* SILIPRANDI, 2015). Assim sendo, aos homens é conferido status superior em relação às mulheres, e a eles caberia a tarefa de dominá-las e civilizá-las.

Além disso, Ortner (1974) salienta a responsabilização e desvalorização da mulher frente à maternidade e às atividades reprodutivas e de cuidado, associando-as à exploração da Terra e dos recursos naturais, como se ambas estivessem à disposição masculina, visto que os homens seriam possuidores de capacidades cognitivas e intelectuais que os permitiriam administrar tanto as mulheres quanto a natureza como bem entendessem (ORTNER, 1974 *apud* SILIPRANDI, 2015).

D'Eaubonne (1974) e Ortner (1974), por terem sido as primeiras feministas a redigirem manifestos e publicações associando a crise ambiental e o sistema capitalista a partir da ótica da opressão de gênero, são consideradas as “ecofeministas clássicas”, cuja principal contribuição, de acordo com Puleo (2005), foi terem problematizado o

[...] androcentrismo da ciência e da história, resgatando, por um lado, a contribuição das mulheres para o desenvolvimento das sociedades e as formas como se deu a sua exclusão do conhecimento formal e dos espaços de legitimação da ordem social. (PULEO, 2005, p. 125)

Ainda segundo Puleo (2005, p. 127), as ecofeministas clássicas também colocaram em xeque “a postura reducionista da ciência e da tecnologia, que tinha como consequência seu uso irresponsável, que colocava em risco não só a saúde humana, mas a própria sobrevivência da humanidade e do planeta”, tema sobre o qual nos dedicaremos em capítulos seguintes, quando abordada a medicalização e industrialização do parto, por exemplo.

Nos anos seguintes, o Ecofeminismo seguiu em construção, e foram diversas as teóricas que contribuíram para a formação dessa corrente. Entre elas, está

Plumwood (1993), que em seu livro *Feminism and the mastery of nature* problematiza o Ecofeminismo clássico por considerar que, nessas obras, na tentativa de problematizar os papéis sexuais impostos às mulheres, as autoras buscavam romper com a ideia de mulheres enquanto “anjos do lar”, mas as categorizavam como “anjos do ecossistema” devido à forma como associavam as mesmas à natureza, mantendo, assim, estereótipos femininos ligados ao cuidado (PLUMWOOD, 1993). Se antes as mulheres seriam responsáveis pelo bom funcionamento da casa e pelo cuidado com a família, pela perspectiva questionada por Plumwood (1993) elas agora seriam responsabilizadas por salvar o meio ambiente, “como aquelas que limpam e consertam o que foi destruído” (PLUMWOOD, 1993 *apud* GOES, 2021, p. 19).

Quase cinquenta anos desde a sua publicação, o Ecofeminismo segue em construção, tanto devido a problematizações feitas dentro da própria corrente a fim de melhor desenvolvê-la, quanto devido às novas pautas que têm surgido no Feminismo, como a ginecologia natural como aliada da saúde reprodutiva feminina, e a humanização do parto. Assim como o Feminismo, a Educação Ambiental também apresenta diferentes correntes e tendências, de forma com que, a depender da vertente, a igualdade de gênero e o parto são pautas reivindicáveis pela Educação Ambiental.

4.2 Educação Ambiental: a macrotendência Crítica e a corrente Feminista

A Educação Ambiental ascendeu no Brasil, também na década de 1970, originada do movimento ambientalista, que buscava assegurar que a Educação abordasse a dimensão ambiental, muitas vezes esquecida ou renegada pela educação convencional, baseada no paradigma cientificista (CARVALHO, 2001; LOUREIRO, 2004). Apesar disso, por ter surgido em plena ditadura militar, a primeira macrotendência em Educação Ambiental, chamada de Conservacionista, apresentava características do momento histórico em que se desenvolveu, ou seja, mantinha-se apoliticamente no debate acerca da crise ambiental, desconsiderando quaisquer dimensões sociais e políticas (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

Além da macrotendência Conservacionista, Layrargues e Lima (2011) também apontam outras duas inclinações principais no campo da Educação Ambiental: a macrotendência Pragmática e a Crítica ou Emancipatória. A primeira, desenvolvida por volta dos anos 1990, segue como a ideia de Educação Ambiental mais difundida

atualmente, pois baseia-se na lógica neoliberal e representa uma aliada do Mercado frente ao suposto enfrentamento da crise socioambiental, visto que, para tal, propõe ações individuais e voltadas ao papel consumidor dos cidadãos (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

A Educação Ambiental Crítica, por sua vez, surge em decorrência dos debates sobre Ecologia Política, e sob influência da Pedagogia da Libertação de Paulo Freire, colocando em xeque as duas macro-tendências anteriores. Essa macro-tendência posiciona-se, portanto, como contrária à lógica capitalista, denunciando-a como central no contexto do colapso socioambiental, de forma com que tal cenário só poderá ser revertido por meio da superação do sistema capitalista de dominação do homem e da natureza (LAYRARGUES; LIMA, 2011). De acordo com Loureiro e Layrargues (2013),

Não basta lutar por uma nova cultura na relação entre o ser humano e a natureza; é preciso lutar ao mesmo tempo por uma nova sociedade. Não se trata de valores culturais e éticos. Trata-se de incluir no debate ambiental a compreensão político-ideológica dos mecanismos de reprodução social e o entendimento de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações socioculturais e classes historicamente construídas. (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 68)

Sendo assim, é papel da Educação Ambiental Crítica engajar-se nas questões sociais, como a desigualdade de gênero e a esfera da reprodução social como essencial ao capitalismo, enquanto pautas importantes frente ao cenário de colapso socioambiental.

Além das três macro-tendências em Educação Ambiental propostas por Layrargues e Lima (2013), Sauvé (2005) organizou o campo da Educação Ambiental em 15 correntes principais, entre as quais a Educação Ambiental Feminista.

Segundo a autora, a corrente feminista da Educação Ambiental deriva da corrente da crítica social no sentido de também abordar e denunciar as relações de poder na sociedade, dando especial atenção às dinâmicas referentes à desigualdade de gênero e, assim como no Ecofeminismo, a uma “estreita relação estabelecida entre a dominação das mulheres e da natureza”, reconhecendo que “trabalhar para reestabelecer relações harmônicas com a natureza é indissociável de um projeto social que aponte para a harmonização das relações entre humanos, mais especificamente entre homens e mulheres” (SAUVÉ, 2005, p. 32).

Como aponta Clover e colaboradores (2000),

[...] a educação com uma perspectiva feminista é também um processo de conscientização, no sentido que lhe dá Paulo Freire [...] a educação feminista de adultos se caracteriza por uma forte conotação política de mobilização e desenvolvimento de um poder-fazer (empowerment) [...] e frequentemente, as mulheres são as primeiras a intervir em educação ambiental. Em seus lares e comunidades, desenvolvem uma compreensão particular dos processos naturais do meio. Há séculos, as mulheres estiveram envolvidas no ensino da medicina tradicional e dos cuidados com a saúde [...] (CLOVER *et al*, 2000, p. 16 -17)

Sendo assim, de acordo com essa e outras autoras que abordam a Educação Ambiental feminista, como Gough (1998), as mulheres estão especialmente ligadas à natureza tanto no que tange ao conhecimento do meio natural que as cerca (como por exemplo, as mulheres acusadas de bruxaria devido às suas práticas ligadas ao uso de plantas medicinais, como mencionado no capítulo anterior), quanto por terem sido sujeitas à exploração e dominação pelos homens.

A corrente feminista, por ser considerada uma corrente recente por Sauvé, ainda está em constante construção. Como a autora pontua

Se no começo o movimento feminista se aplicou principalmente em remanejar e denunciar as relações de poder entre os homens e as mulheres, a tendência atual é, antes, a de trabalhar ativamente para reconstruir as relações de gênero harmoniosamente, através da participação de projetos conjuntos [...] os projetos ambientais oferecem um contexto particularmente interessante para estes fins, porque implicam a reconstrução da relação com o mundo. (SAÚVE, 2005, p. 33)

A questão de gênero e seus desdobramentos, como a esfera da reprodução social e a dominação dos corpos femininos pelo patriarcado e capitalismo, correspondem, portanto, a assuntos de interesse dentro das reivindicações da macro-tendência crítica da Educação Ambiental, e da Educação Ambiental feminista. Assim sendo, justifica-se abordar, dentro do campo de estudo da Ecologia, o Ecofeminismo, o parto e demais questões associadas ao gênero.

Nos capítulos a seguir, discutiremos sobre o parto, tratando do processo em que se deu sua intensa medicalização e industrialização, como a que se observa atualmente, bem como o ascendente movimento pela humanização do parto.

5. A INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARTO

O modelo hegemônico atual de assistência ao parto reflete os principais valores das sociedades ocidentais contemporâneas. (DAVIS-FLOYD, 2001, p. 41)

O parto, por séculos protagonizado por mulheres, cercado de símbolos e conhecimentos tradicionais passados de geração a geração, se dava de forma instintiva e natural. A mudança dessa concepção de parto se deu por um processo contínuo ao longo de séculos.

Segundo Engels (1984), a sociedade patriarcal se estabelece com o aparecimento da propriedade privada, isto é, a partir do momento em que a propriedade da terra, a concentração e a distribuição de riqueza passam de agrupamentos comunitários, para as mãos de núcleos familiares unitários. Eis que, então, se torna necessária a opressão da mulher para garantia da transmissão de bens apenas dentro do núcleo familiar legítimo. Essa garantia só se pode conquistar com a imposição da fidelidade feminina.

Assim temos que a dominação das mulheres é consequência desse pensamento que, para ser concretizado, deve tornar também as mulheres propriedade, por serem vistas como continuação de Gaia e, como tal, de domesticação necessária. A dominação pela domesticação visa tornar as mulheres – assim como a natureza – menos “selvagem”, passíveis de controle (ÁVILA, 2010).

Portanto, a conquista e a dominação da natureza são a base da sociedade moderna e do sistema capitalista, essencialmente patriarcal, em que vivemos e, dessa realidade, o parto industrializado é apenas um reflexo. Enquanto mulheres ocupam o espaço de imagem e semelhança da natureza que lhes foi atribuído, os homens apoderam-se da cultura, da história, dos espaços públicos e da tecnologia. Assim, não nos assusta observar que a monopolização visceral do poder pelos homens engloba a esfera do parto (RUETHER, 1992).

A transferência do parto como saber feminino para o poder masculino acentua-se com a Revolução Industrial na Europa (século XIX) e, no Brasil, mais especificamente, na década de 1930 com a introdução no país de políticas higienistas e modernizantes de incentivo à industrialização (SILVA; GILL, 2014). Esse processo contínuo e heterogêneo, dadas as especificidades da sociedade brasileira e de sua marcante desigualdade, foi substituindo o parto como fenômeno natural pelo parto hospitalar e cirúrgico (COPELLI *et al.* 2015).

De se notar também que o processo de industrialização da agricultura está diretamente relacionado ao avanço tecnológico, fazendo com que intervenções “técnicas” excessivas sejam cada vez mais frequentes. O mesmo se aplica ao parto: com o avançar da tecnologia, mais intervenções foram se tornando possíveis e admissíveis como forma – na visão médica – de facilitar o procedimento. Isto é, torná-lo mais rápido e, conseqüentemente, por mais lucrativo, melhor (ODENT, 2003) (quanto mais rápido, mais partos feitos por um profissional e mais dinheiro ganho).

É a partir do pensamento voltado exclusivamente ao lucro que o ofício das parteiras passa a ser visto ainda com mais preconceito e o combate à prática torna-se cada vez mais intenso (ODENT, 2003). Economicamente falando, não seria interessante que parteiras continuassem tendo espaço nesse meio, pois desviariam o dinheiro que seria destinado a hospitais e médicos (homens brancos e de classe média alta, majoritariamente). Tampouco se pode esquecer que, nesse contexto da primeira metade do século XX, as mulheres grávidas pobres e em sua maioria negras foram utilizadas como objetos de estudos por médicos (ODENT, 2003, p. 45).

Importante observar que a perseguição das parteiras não tem sua origem com a Revolução Industrial. A condenação de suas práticas e das próprias parteiras começou a se dar principalmente no período da caça às bruxas, quando às curandeiras, parteiras e herboristas são subtraídas as práticas curativas, para centralizá-las nas mãos da Igreja e, conseqüentemente, dos homens. Daí, também, deriva a medicina como prática reservada aos homens, como visto anteriormente (FEDERICI, 2004).

A partir dos séculos XIX e XX, com os avanços da medicina e ginecologia moderna, e do progresso científico e tecnológico, os saberes e práticas referentes ao parto tradicional foram sendo ainda mais invisibilizados, postos como ignorantes, de má qualidade e irresponsáveis (MOTT, 2005).

Em seu livro *Manual de Introdução à Ginecologia Natural*, Pabla Pérez San Martín (2018) esclarece que a própria história da ginecologia moderna começa com base no racismo e no elitismo classista. Ensina a autora que James Marion Sims, considerado o “pai” da ginecologia convencional, conquistou todos os seus feitos através de práticas torturantes realizadas em mulheres negras, imigrantes, pobres e camponesas. A exemplo, Sims chegou a realizar, em 1845, dezenas de cirurgias em mulheres escolhidas sem nenhum tipo de anestesia (MARTÍN, 2015). Se por um lado efetivamente realizou descobertas transformadoras na área, não se pode ignorar que

foram fundadas em tortura e, não obstante, os estudos por ele produzidos são ainda hoje seguidos por profissionais do meio (MARTÍN, 2015).

Aqui, importante ressaltar a relevância que os avanços tecnológicos tiveram para a melhoria do parto e da qualidade de vida das pessoas grávidas. Seria irresponsável da nossa parte não reconhecer que a cesariana é uma cirurgia que salva a vida de milhares de mulheres e recém-nascidos todos os anos (ASKEW, 2021). O cerne da questão, e que buscamos indicar neste capítulo, é que a medicalização do parto se tornou algo que extrapola as reais necessidades, fala-se até mesmo de uma epidemia, com severas consequências físicas, psíquicas e ambientais (LEÃO *et al.*, 2013), retratando, enfim, a história de dominação do homem para com a natureza.

5.1 A relação entre Parto e Ecologia

No modo como a mãe apresenta o leite ao bebê e responde à sua necessidade de alimento, ela manifesta o seu sentido da natureza, dos laços que ligam os seres humanos uns aos outros e do que é a vida. Este é o primeiro contato do bebê com o sistema de valores da sociedade em que nasceu (KITZINGER, 1996, p. 63).

Como citado anteriormente, os processos de industrialização da agricultura e de industrialização do parto andam juntos e seu aprofundamento ocorre simultaneamente a partir da segunda metade do século XIX (ODENT, 2003). Entre muitas semelhanças podemos destacar a padronização – dos campos, dos corpos e do nascer –, a concentração em grandes espaços e a aceitação extasiada dos novos meios de produção e do parir (ODENT, 2006). Mesmo assim, muito raro vemos na academia estudos relacionando um ao outro. Movimentos ecofeministas, ecossocialistas e hippie foram, possivelmente, os primeiros a abordar o assunto.

Rachel Carson (1962) deixa explícito em seu livro *Primavera Silenciosa* a preocupante deteriorização ecológica em massa nas décadas de 1940 e 1950. No período do pós guerra, em que a agricultura e a agropecuária passam por grande renovação tecnológica, o cenário do parto também se transforma com a popularização de técnicas que envolviam a sedação da parturiente, o uso de fórceps, a realização de episiotomia, entre diversas outras intervenções agressivas, então vistas como revolucionárias.

Para Michel Odent (1982), que segue uma linha de pensamento similar ao de parteiras tradicionais, os impactos ambientais que causamos e sofremos hoje devido ao desrespeito à natureza, não se cura (somente) a partir da educação ambiental

durante a vida, mas, também, pelo ato e direito de parir de forma natural e respeitosa. Isto porque, acredita o autor, o parto natural traria ao recém-nascido um sentimento quase celular de integração com a natureza. Odent afirma, ainda, que a Revolução Ecológica é, na realidade, a proposta de mudar a vida e o ser humano por meio da mudança do nascimento, dizendo que “Do nascimento ecológico, surge o homem ecológico, que vê o mundo como um ambiente a preservar e busca reduzir o impacto de sua existência, porque respeita a natureza e a vida” (ODENT, 1982, p. 93).

O médico defende a chamada eco-obstetrícia, isto é, “uma transformação cultural em que a prática obstétrica caminhe conjuntamente com uma sociedade que valorize e preserve a individualidade e o contato com as raízes humanas” (DOMINGUES, 2012, p. 31). Assim, a eco-obstetrícia visa o mesmo que o conceito de ecologia do parto, o qual consiste na busca por um novo arquétipo do parir e do nascer, reintroduzindo conceitos antes familiares, mas esquecidos e menosprezados pela cultura ocidental, como os espirituais, ambientais, corporais e emocionais (VIOLA; VIOLA; ESPINOZA, 2020).

O parto, que é algo tão natural quanto fisiológico, e que traz consigo aspectos culturais de grande simbolismo da nossa sociedade, reflete nossos valores a respeito do conceito de vida e natureza (DOMINGUES, 2012). Para Reich (1951), “o deserto emocional do homem é o que produz o deserto da natureza”, e este deserto emocional teria sua origem na forma como tratamos os recém-nascidos. Assim, ele afirmava que apenas conseguiríamos ter uma real civilização quando a prioridade for o bem-estar da criança que está nascendo. Devemos acrescentar a isso, evidentemente, não apenas o conforto e segurança do bebê, como também da mulher que está gestando e parindo.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Michel Odent e Wilhem Reich, Ina May Gaskin, parteira que participou da comunidade hippie *The Farm* e do conceito *authentic midwifery*, voltado ao saber e a prática autêntica de parteiras, em 1971, teve os princípios de seus pensamentos resumidos por Odent em seu livro *O Camponês e a Parteira*

A humanidade não pode sobreviver sem redescobrir as leis da natureza; o primeiro passo, que deverá ser de reconsiderar a forma pela qual os bebês nascem, implica no resgate do trabalho autêntico da parteira; outro passo deveria ser, em nome das gerações por nascer, de parar com a destruição do solo através dos métodos agrícolas agressivos (ODENT, 2003, p. 60).

Ainda no mesmo sentido, não podemos deixar de mencionar Frédérick

Leboyer, que com seu livro *Birth without violence* trouxe reflexões extremamente importantes e marcantes, popularizando o que hoje é conhecido como “parto Leboyer”. O autor e médico obstetra, durante sua vida, fez questão de enfatizar o quanto os seres humanos agem de forma irracional (e não inteligente) quando o assunto é a forma que nascemos

Assim é o parto. A tortura de um inocente. Seria preciso ser mesmo ingênuo para acreditar que um cataclismo tão grande não deixaria sua marca. Seus vestígios estão por toda parte; na pele, nos ossos, no estômago, nas costas, em toda nossa tolice humana, na nossa loucura, nossas torturas, nossas prisões, nas lendas, épicos e mitos. Com certeza as próprias escrituras nada mais são do que este conto abominável de tristeza (LEBOYER, 1994, p. 31).

Lainez (2007) pontua, de forma assertiva, uma outra dificuldade no âmbito da gestação e do parto. Fazendo um link claro com a natureza, a autora menciona quenão há possibilidade de se deleitar sobre a capacidade de gerar uma nova vida tendo pleno conhecimento que as sementes que dão vida à terra estão passando por processos agressivos, sendo modificadas e privatizadas para beneficiar unicamente uma parcela da sociedade, às custas da precarização e vida de muitos outros.

A manutenção da relação entre parto e natureza, bem como os movimentos ecológicos de humanização do parto, tem sido uma constante, como pontuou Tornquist (2002)

A argumentação alternativa e naturalista aproxima-se das concepções de fisiologia humana e do parto, tão caras à concepção biomédica. A recusa que se faz ao modelo tecnocrático de atenção ao parto e ao nascimento, visto como emblemático do modo ocidental de pensar e de viver, implica questionar o predomínio da técnica e da cultura sobreprocedimentos tidos como naturais, postulando-se, no limite, um retorno a uma vida mais natural. Essa crítica parece ser o ponto que aproxima o ideário do Movimento a um ideário ecologista, sendo freqüentes as associações entre parto e ecologia, ou modo de vida indígena (supostamente universal e próximo da Natureza) e cuidados com o meio ambiente (TORNQUIST, 2002, p. 487).

Ao entendermos o parto e o nascimento como fenômenos essenciais para alcançar um meio ambiente saudável, voltamos à compreensão mais ampla de educação ambiental, levantada pela corrente da Educação Ambiental Crítica e Feminista – uma visão ecossistêmica do todo e não limitada, como tem sido corriqueiro (LOVATTO *et al.* 2011).

É a forma profunda de ecologia, que torna a sustentabilidade mais complexa, porém bem mais completa, entender o ser humano como parte e não à parte do meio

ambiente, nos afastando do ideário do humano não-natural, que fortalece o sentimento de poder sobre o meio ambiente, nascido juntamente com o surgimento do capitalismo (GONÇALVES, 1990, p. 35).

Apesar da extrema importância da realização de estudos que relacionem a questão ambiental com a medicalização obstétrica e das grandes semelhanças existentes entre a monocultura e a padronização dos corpos e dos partos, a literatura acadêmica e científica carece de estudos aprofundados sobre o tema.

Clara é a preocupação de ambientalistas, porém, com o descarte de lixo hospitalar que segue crescendo de forma exponencial (NASCIMENTO, 2011). As excessivas cirurgias cesarianas, bem como procedimentos obstétricos desnecessários que utilizam de equipamentos e geram resíduos favorecem seu crescimento e, conseqüentemente, o de contaminantes. Dessa forma, vemos como extremamente importante que mais estudos relacionando a questão ambiental com a medicalização obstétrica sejam realizados (RUETHER, 1992).

5.2 O sofrimento físico e psíquico de mulheres consequente da medicalização obstétrica

Em 1918 foi publicada a primeira edição do livro *A Nova Mulher e a Moral Sexual*, de Alexandra Kollontai, revolucionária feminista-socialista russa, que aborda as normas morais da sexualidade humana, então vigente, da seguinte forma

[...] as normas morais que regulam a vida sexual do homem não podem ter mais do que duas finalidades, dois objetivos. Primeiro, assegurar à humanidade uma descendência sã, normalmente desenvolvida: contribuir para a seleção natural no interesse da espécie. Segundo, contribuir ao desenvolvimento da psicologia humana, enriquecê-la com sentimentos de solidariedade, de companherismo, de coletividade. A moral sexual atual como moral que serve unicamente aos interesses da propriedade, não preenche nenhuma destas duas finalidades. [...] A moral contemporânea não faz mais do que conduzir a humanidade pelo caminho da degeneração ininterrupta (KOLLONTAI, 1978, p. 24).

Posteriormente, na década de 1970, Michel Foucault questiona em suas obras a censura em torno da sexualidade humana, notoriamente tratada como um tabu desde tempos remotos, justamente por ser vista como impulso rebelde e selvagem (FOUCAULT, 1984), ponto de destaque para entendermos a medicalização do parto.

Foucault (1984), ao falar sobre o domínio da sexualidade como um dos pontos

mais passíveis de manobra e, conseqüentemente, um dos mais utilizados nas estratégias voltadas a estabelecer variadas relações de poder, explica que a partir do século XVIII, vão sendo formados, essencialmente, quatro conjuntos estratégicos que criam especificidades de saber e poder acerca do sexo, entre os quais a *histerização do corpo da mulher*.

Referida histerização consiste em processo de análise do corpo da mulher. Parte-se da visão do corpo feminino totalmente repleto de sexualidade, para incorporá-lo, em razão dessa “patologia”, ao campo das práticas médicas e, a partir daí, integrá-lo ao corpo social (com a fecundidade regulada), ao espaço familiar (como ser funcional) e à vida das crianças (FOUCAULT, 1984) “[...] (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral, que dura todo o período de educação) [...]”. A face mais clara da histerização é a imagem da mãe como “mulher nervosa” (FOUCAULT, 1984, p. 99).

Se vivemos em um mundo pensado por e para homens, não é chocante que falas de filósofos e feministas do século passado ainda façam sentido. Por exemplo, quando Kollontai (1978) afirma que homens costumeiramente ignoram a psicologia feminina, bem como suas sensações fisiológicas, não é difícil relacionar com o que se vê no mundo contemporâneo. Para a líder revolucionária, para que saíssemos da crise sexual seria necessária uma reeducação da psicologia, a qual se daria a partir da “transformação de todas as bases sociais que condicionam o conteúdo moral da Humanidade”. Alexandra teve importante papel na disseminação de ideais contra a reprodução social, ao encontro da proteção dos direitos femininos e tendo como importante pilar de sua luta a maternidade (MAIA, 2017).

Questionador das relações de poder da modernidade, Foucault apresenta reflexões, ainda nas décadas de 1960 e 1970, sobre ideias de uma medicina, moderna e científica que surgiu no fim do século XVIII, com visão anatômica patológica. Para ele, o controle do sistema capitalista sobre o ser humano inicia-se no e com o corpo

Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. [...] uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas. [...] o indivíduo e a população são dados simultaneamente como objetos de saber e alvos de intervenção médica, graças à tecnologia hospitalar (FOUCAULT, 1982, p. 147).

Mas é essencialmente a partir do século XIX que os corpos – principalmente

pobres e femininos – passam a ser vistos com a lupa da medicina higienista, que flertacom a medicina do século XVIII, ainda em um lugar de manter o poder nas mãos depoucos. E é justamente nesse ponto que os corpos oprimidos lutam contra as pessoasque estão no poder os oprimindo, e toda uma batalha é travada (FOUCAULT, 1982).

Wilhelm Reich (1981) complementa esse pensamento dizendo que a luta a favor da reforma sexual não tem como andar separada da luta geral político-cultural. Em *A Revolução Sexual* menciona ainda a contradição que existe entre a tãoaclamada evolução científica e da medicina de 1920-1932 e a morte anual, na Alemanha, em decorrência de abortos, de cerca de 20.000 mulheres e de outras 75.000 que adoeceram de forma severa devido infecções obstétricas e ginecológicas(REICH, 1981).

Evidentemente, quando falamos de corpos existe grande diferença entre como são julgados e cuidados os corpos masculinos e os femininos e, não se pode deixar de ressaltar, corpos negros e corpos brancos.

No período da Inquisição, em que ocorreram perseguições de camadas sociaisinteiras e de pessoas que cometiam pecados e heresias – definidos pela Igreja Católica –, para que a hierarquia de poder, levemente ameaçada, fosse mantida (SEVECENKO, 1987, p. 90), teve como um de seus maiores alvos as mulheres.

Como mencionado no começo do capítulo, o período de caça às bruxas é possivelmente o que escancara como as mulheres (dentre elas as parteiras) eram vistas pela sociedade: *bruxas hereges*. O capitalismo em seu prenúncio crescia e tentava se firmar e, neste contexto, as mulheres eram encaradas como perigosas, cuja intervenção se mostrava necessária (FEDERICI, 2004, p. 24) mesmo quadrástica, como queimá-las em fogueiras. Marx (1867) acrescenta, no capítulo da acumulação primitiva (cap. 24, livro I de *O Capital*) ainda que a história do capitalismofoi escrita com letras de sangue e fogo. Em *O Calibã e a Bruxa*, Silvia Federici (2004)declara

A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticasatrozes e humilhantes que muitas delas foram submetidas deixaram marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidade. De todos os pontos de vista – social, econômico, cultural, político –, a caça às bruxas foi um momento decisivo na vidadas mulheres; foi equivalente à derrota histórica a que alude Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) como causa do desmoronamento do mundo matriarcal, visto que a caça às bruxas destruiu todo o universo de práticas femininas, das relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base de poder das mulheres [...] (FEDERICI, 2004, p. 203).

Dentre as práticas realizadas pelas mulheres da época consideradas ameaçadoras e passíveis de punições tínhamos o controle da reprodução feminina, realizado através de abortos e métodos contraceptivos, denominados como poções (FEDERICI, 2004). O trabalho feminino, então criminalizado, também foi perseguido e apropriado por homens e, assim, a inserção deles no ambiente do parto, historicamente considerado sagrado, trouxe inúmeras modificações na forma como as mulheres deveriam não apenas parir, como vivenciar esse momento – antes de poder, espiritualidade e conexão com a natureza, solidariedade, competência e força (BARBOZA; MOTA, 2016).

Como já referido, a história do parto medicalizado é recente na cronologia da humanidade. Em sociedades antigas há relatos de que os partos, realizados em ambientes doméstico e familiar, sempre cercados por figuras femininas como parteirase doulas, eram muito mais simples e rápidos se comparados com os atuais (DOMINGUES, 2012). O rompimento desse ciclo, como mencionado, ocorreu a partir da inserção masculina no ambiente do parto. Surge então a patologização não apenas dos corpos femininos, mas também do parir e do nascer – fenômenos que passam a ser vistos não mais como natural e fisiológico, mas sim institucionalizados como uma doença (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2005; CARNEIRO, 2000).

Com as mulheres excluídas do ambiente do parto, o ofício das parteiras marginalizado e o acesso ao conhecimento exclusividade dos homens, a atenção ao parto se torna uma prática reservada à figura masculina e, como citado, no século XX começa o que é chamado de parto hospitalar e cirúrgico (ZANARDO *et al.*, 2017). Rattner (2009) afirma que ao final do século quase 90% dos partos eram realizados em hospitais.

GONÇALVES (1990) nos convida a questionar a relação do homem com o meio ambiente nesse ponto em que a dominação da natureza assemelha-se a do corpo. Para o autor

O antropocentrismo consagrar a capacidade humana de dominar a natureza. Esta, dessacralizada já que não mais povoada por deuses, pode ser tornada objeto e, já que não tem alma, pode ser dividida, tal qual como o corpo já o tinha sido na Idade Média. É uma natureza- morta, por isso pode ser esquarterada (GONÇALVES, 1990, p. 34).

É justamente nesse sentido que se encontra, também, a relação parto-ecologia. Uma vez em busca de distanciar-se da natureza em todas as formas e sentidos, inclusive da própria natureza humana, e com o avanço do método científico, os

processos naturais, tanto do ser humano, quanto da vida como um todo, passam a esvaziar-se do misticismo e do sagrado expostos pela tradição e pelos povos originários. Assim, com o corpo já não mais visto como algo divino, com alma, espírito e potência, ocorrem consequências diretas com natureza (GONÇALVES, 1990).

Essa separação entre espírito e matéria, junto ao pensamento de o homem como superior e sujeito, torna a natureza o objeto de análise visando a dominação. As consequências disso são as devastações ambientais recorrentes e que trazem consequências diretas ao ser humano (GONÇALVES, 1990, p. 42).

Dessa forma o parto, que escancara o ser humano, mais especificamente as mulheres, como natureza pura, selvagem e animalesca, é um ponto chave a ser também dominado e modificado. O corpo da mulher se vê, então, não apenas nesse lugar de esquartejamento, como colocou Gonçalves (1990), mas como mercadoria (bem como a natureza).

Assim encontramos o hospital. Ambiente que deveria ser de atenção e cuidado, porém que desde sua criação foi construído como um lugar de poder masculino, hierarquização – onde os médicos estão acima de todos – e controle dos corpos (BARBOZA; MOTA, 2016). Isto é, o paciente se torna alheio à todas as decisões e, no caso das grávidas, passam a ser vistas apenas como objeto de manutenção do capital, sofrendo diversos tipos de violência (BARBOZA; MOTA, 2016).

Um estudo realizado por D'Oliveira *et al.* (2002) e reafirmado por Rattner (2009) sinaliza quatro tipos de violências obstétricas: a violência física, a violência por negligência, a violência verbal e/ou psicológica e a violência sexual. Existem também alguns outros tipos, mas que são ainda mais sutis. A falta de informação durante a gestação, o parto e pós parto é uma delas e geradora de grande angústia e ansiedade nas mulheres (BARBOZA; MOTA, 2016).

Diante do imaginário do parto como um evento extremamente doloroso e negativo (vale ressaltar que ele surge já de tempos antigos, quando na Bíblia Deus diz a Eva que, por consequência do pecado cometido, mulheres irão parir com dor), todos os tipos de violências aqui mencionado apenas intensificam, claramente, essa ideia (BARBOZA; MOTA, 2016). E assim, frente ao contínuo desencorajamento ao parto natural, se vê crescendo cada vez mais o parto cesáreo, alegado “parto sem dor” (TEIXEIRA; PEREIRA, 2006).

No parto vaginal a violência da imposição de rotinas, da posição de

parto e das interferências obstétricas desnecessárias perturbam e inibem o desencadeamento natural dos mecanismos fisiológicos do parto, que passa a ser sinônimo de patologia, e de intervenção médica, transformando-se em uma experiência de terror, impotência, alienação e dor. Desta forma, não surpreende que as mulheres introjetem a cesárea como melhor forma de dar à luz, sem medo, sem risco e sem dor (DINIZ, 2005, p. 231).

Com relação às consequências físicas e psíquicas engendradas pelo processo de industrialização do parto, os relatos são múltiplos e extensos. Sena (2016), em sua pesquisa sobre a medicalização do parto e violência obstétrica, aponta que uma a cada quatro mulheres brasileiras parturientes (25%) sofrem algum tipo de violência. Este número certamente aumenta quando incluem-se mulheres que nem imaginam que o que vivenciaram é caracterizado como tal. Duarte (2011), importante médica obstétrica brasileira que luta pela humanização do parto, afirma que se cada mulher compreender o que é a violência obstétrica e souber identificar se de fato ocorreu com ela, esse número chegaria próximo aos 70%.

A violência obstétrica é uma realidade dura e gravíssima no nosso país. É apenas mais um dos reflexos da estrutura social machista e capitalista que violenta diariamente, de diversas formas, as mulheres e a natureza. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo definiu violência obstétrica, em sua cartilha “Violência Obstétrica: você sabe o que é?”, como sendo

[...] o desrespeito à mulher, seu corpo e seus processos reprodutivos. Isso acontece através de tratamento desumano, transformação de processos naturais do parto em doença ou abuso da medicalização, negando às mulheres a possibilidade de decidir sobre seus corpos (2015, p. 6).

De acordo com as diretrizes da OMS (1996), todas as intervenções obstétricas utilizadas por médicos e hospitais, muitas vezes rotineiramente, apresentam risco (inclusive de vida) para a mãe e o bebê. A maior parte do sofrimento físico enfrentado pelas parturientes se dá devido às intervenções médicas comprovadas desnecessárias. Dentre eles temos a episiotomia, o exame de toque excessivo, a manobra de Kristeller, o uso de medicamentos sintéticos (como a ocitocina) como indutores de contrações e aceleradores de parto, amniotomia (rompimento intencional artificial da bolsa amniótica), a amarração de mulheres nas macas, restrição da posição para o parto, a falta de prescrição de medicamentos contra a dor, principalmente às mulheres negras, entre muitos outros.

A doula brasileira Adéle Valarini (2013) escancara o sofrimento enfrentado por mulheres que passam, por exemplo, por uma episiotomia (procedimento que consiste em um corte cirúrgico realizado no períneo, com o pretexto de aumentar a passagem do bebê e facilitar sua expulsão no trabalho de parto ativo) (CARNIEL *et al.*, 2019), ao mencionar que algumas delas apresentam comportamentos que assemelham-se ao de vítimas de estupro, por exemplo.

A manobra de Kristeller, técnica de pressão aplicada na parte superior do útero, também frequentemente utilizada, pode gerar traumas físicos tanto na gestante, quanto no bebê. Dentre os riscos que pode acarretar estão a rotura uterina, dano cerebrais, fraturas no recém-nascido, lesão do esfíncter anal, incontinência urinária após 6 meses do parto, entre outros (LIMA; LOPES, 2019; LEAL, 2014).

Os traumas corporais que a cesariana pode causar também se enquadram nesse tipo de violência. Estudos relatam, dentre outras possíveis consequências, a perda da sensibilidade na região do corte, dores frequentes mesmo após anos da cirurgia, maior tempo de internação pós-parto, maior chances de internação do bebê na UTI, entre outros (FERRARI *et al.*, 2020).

À toda essa violência, acrescenta-se a prática de insultos, desprezos e pressões psicológicas. A fim de melhor retratar o sofrimento físico e psíquico das mulheres decorrente da medicalização do parto e violência obstétrica traremos alguns relatos levantados em literatura sobre a questão.

Teixeira e Pereira (2006) realizaram um estudo entrevistando mulheres em Cuiabá (MT) que passaram por algum tipo de trauma durante o parto no ambiente hospitalar do SUS. Uma das entrevistadas relata

O médico disse que era pra mim só fazer força, já só pra ter o nenê. Eu não tava conseguindo fazer força, não tava, e aí a hora que eu tava quase desmaiando, passando mal, eles vieram e aplicaram um soro nimim aí eu reanimei e aí fiz força, e nasceu. [...] Falaram que me amarraram pra mim não poder levantar, né? Eu tava levantando pra poder ter força pra ter o nenê. [...] Eu achei que não era necessário, eu não gostei nada. Eu achei um absurdo. Mas eu não perguntei por que eles tavam me amarrando, não, fiquei quieta. Quem amarrou foi o médico, e as enfermeiras. Ah! Eles eram muito estúpidos... (Ent. 8, 2006, p. 742)

Um dos aspectos que mudou com a industrialização do parto foi a introdução do parto horizontal, que favorece apenas o médico. A “punição” de mulheres que tentam se levantar da posição ginecológica (que foi comprovada negativa no que

tange a facilidade em parir), buscando outras posições, como ficar de cócoras, muitas vezes vem através da amarração delas à maca, pois o que elas fazem é lido pelos profissionais como uma ação rebelde, selvagem e descontrolada (TEIXEIRA; PEREIRA, 2006).

A violência verbal é outra forma muito comum de violência, como visto a seguir

O médico ficou bravo comigo, e a enfermeira ficou falando um monte de coisa, né, do lado dele apoiando ele. Ela falou assim [...] na hora de fazê faz na boa, mas na hora de vim aqui, fica aí ó [...]. a gente pede prá fazê um toque fica aí reclamando que tá com dor aí! E se não quisesse vim para o hospital não engravidasse [...] O médico veio fazer toque em mim, e ainda me chamou de ignorante, porque eu tava sentindo muita dor e ele pediu prá mim abrir a perna e eu não tava agüentando, aí eu pedi para ele esperar e ele me chamou de ignorante, estúpida. Eu respondi ele e perguntei se ele tava ali para atender ou criticar as pessoas que tava ali, as paciente. Ele ficou quieto e saiu (Ent. 2, 2006, p. 743).

Histórias sobre violência verbal contadas por parturientes são, de fato, muito frequentes

Entra a médica, muito brava, e fala alto para todos ouvirem: ‘Fica calma, porque não está na hora de tomar anestesia, que sei muito bem, e se você acha que sabe mais do que eu, eu faço o toque, mesmo isso sendo um risco de infecção, mas é por sua conta, e se você estiver mesmo com 8 cm eu rasgo o meu diploma e te contrato para ficar aqui olhando cada gestante que chegar, porque você sabe mais do que eu!’ (SENA, 2016, p. 103).

Sena (2016) também traz relatos chocantes de mulheres que entrevistou. Olga (nome fictício) descreve tudo o que passou no dia do seu parto e como isso a impactou até mesmo na sua escolha de engravidar novamente

Olga*, o bebê está em sofrimento. Ele não vai conseguir nascer sozinho. Vamos fazer uma cesárea’. Relutei. Relutei demais! [...] Se não concordar com a cirurgia, VOCÊ estará colocando a vida do seu filho em risco!’. Essa frase caiu em cima de mim como uma pedra de 500 kg. Que mãe aguenta ser responsabilizada pela morte do seu bebê? [...] Naquela hora perdi todas as minhas forças, só chorava e me levaram para a anestesia. Sozinha, sem acompanhante, conduzida como um ser sem alma e sem direitos. [...] Chegou o anestesista, com um ar sarcástico. Já chegou reclamando que teve que sair de um churrasco pra me anestésiar. [...] E repetia ‘Eu já perdi meu churrasco’ enquanto cantarolava e dançava: ‘Segura o tchan! Amarra o tchan! Segura o tchan tchan tchan tchan’ [...]. Eu chorava e pensava quantas cervejas aquele homem deveria ter tomado no tal churrasco, antes de me anestésiar... [...] Começou a cirurgia, eu tava como uma boneca de cera: paralisada, chocada, muda, sem forças. Só as lágrimas escorriam pelo canto dos olhos. Até que o anestesista percebeu esse choro disfarçado: ‘Por que você está chorando? Para com essas frescuras!’. [...] ‘Você está muito nervosa, está descontrolada! Eu preciso amarrar você com mais força’. E disse isso

apertando as amarras dos braços, como se eu precisasse urgentemente ser contida em uma camisa de força. [...] ‘Está nervosa? Com medo? Lembra que te falei que tem um negocinho ótimo que acalma? Você quer que eu vá buscar?’. E cochichava pra mim: ‘Seu filho vai nascer morto! (pausa de alguns segundos) Vamos fazer isso?(pausa) Nós dois? (pausa) Você quer?’ (SENA, 2016, p. 12).

O relato se estende por mais alguns parágrafos e Olga menciona, na entrevista, que precisou entrar em um mundo interno para suportar tudo que estava acontecendo. Quando fez isso, passou a mentalizar incontáveis vezes que nunca mais iria ter filhos. Olga teve depressão pós-parto, não conseguiu amamentar, não menstruou por anos, precisou fazer terapia e só conseguiu pensar na possibilidade de ter outro filho (adotivo ou gestado por ela) após treze anos desse parto.

Um outro caso bastante emblemático e que repercutiu muito na mídia em 2012 foi o de uma gestante detida que teve seus direitos garantidos por lei infringidos ao ser algemada na maca durante e após o parto – ato que foi filmado e exposto na mídia. A então defensora pública e coordenadora do Núcleo Especializado de Situação Carcerária Carmen S. M. Barros deu uma entrevista na qual afirmou: “Temos inúmeros relatos sobre o uso de algemas. Mas esse é concreto. O vídeo prova tudo. Isso pode se enquadrar em crimes de abuso de autoridade, agressão ou até tortura” (BARROS, 2012)¹.

Podemos afirmar que os relatos de violência obstétrica contra mulheres são inúmeros e ocorrem das mais variadas formas. A medicina da maneira como evoluiu, com visão biomédica do todo, exclui outros elementos da vida dos pacientes – como a religião e até mesmo os direitos garantidos por lei –, além dos ético-sociais e culturais sobre a compreensão que se tem do próprio corpo, da natureza, da vida e da morte. Portanto, o controle médico se sobressai à moral e ética (SENA, 2016).

Tudo aqui exposto reafirma o distanciamento da sociedade industrializada como que se é natural. No momento do parto, o cérebro das mulheres passa por modificações que ativam o cérebro primitivo, fazendo com que elas busquem por posições, movimentos e expressões que fogem do que a sociedade espera, aproximando-se do comportamento de animais não humanos (DOMINGUES, 2012) e isso é de extremo desagrado para médicos, que tentam dominá-las – bem como a sociedade que às domesticou nessa busca por uma natureza manipulável –

¹ Disponível em: <https://www.sinpefrn.org.br/noticia/viacutedeo-mostra-presa-algemada-no-poacutes-parto/236>, acesso em 19/05/2022.

impedindo que façam o que instintivamente fariam. Se analisarmos pela perspectiva da etologia, o que o corpo da mulher faz no momento do parto nada mais é que os comportamentos inatos, não aprendidos, tal qual outros mamíferos na natureza (DOMINGUES, 2012; ODENT, 2003).

Bem resumidas ficam essas ideias com Gonçalves (1990), quando afirma

A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe a cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. [...] Se a natureza é o lugar de luta de todos contra todos, nada mais necessário do que o Estado para impor lei e a ordem. Relembremos que todo Estado em crise acusou seus críticos de serem aqueles que desejam o caos, a barbárie e a selvageria [...] Com isso desqualificam os seus críticos como sendo aqueles que querem voltar ao Estado da natureza, à animalidade (GONÇALVES, 1990, p. 25).

Mesmo não falando diretamente do parto, com o decorrer do trabalho é possível identificar a relação do texto de Gonçalves (1990) com o que acontece com as parturientes. O distanciamento do processo natural e fisiológico do parto nada mais é que um reflexo da repulsa pela natureza e sua “selvageria”. Quando mulheres, lidas como parcela fundamental de uma natureza indomável (ÁVILA, 2012), pedem para gritar no trabalho de parto, para mudarem de posições, para comerem sua placenta após o parto, para sentirem com as próprias mãos o bebê coroando etc., tudo isso é posto como indecente, descontrolado e primitivo, e são repreendidas por meio de todas as violências já mencionadas.

6. MOVIMENTO PELA HUMANIZAÇÃO DO PARTO

Como visto, com a modernização e consequente industrialização da sociedade, o cenário do parto também foi modificado, passando a ser reputado como linha de produção, e o protagonismo que deveria ser da mulher e do bebê é transferido às instituições médicas (BARBOZA; MOTA, 2016).

Silva *et al.* (2019), aponta que a natureza do parto começa a ser contestada pela cultura, passando de algo natural, que mulheres em um aspecto geral enfrentam, para uma patologia necessária de intervenções médicas. Interessantemente, o parto é um forte elemento cultural, mas com grande diversidade (sendo experienciado de formas diversificadas pelos diferentes grupos sociais) e que sinaliza forte ligação com a natureza – justamente o que o torna um tabu (MULLER; RODRIGUES; PIMENTEL, 2015).

Com a reestruturação da forma de parir, as contínuas violências obstétricas ocorridas começaram a ser efetivamente questionadas ao redor do globo na década de 80. É então neste período que ocorreram as crescentes mobilizações por um parto mais humanizado, que respeite a mulher, o neonato e todo o momento sagrado e natural do parto (BARBOZA; MOTA, 2016).

Em âmbito global, os movimentos contrários à industrialização do parto iniciam nas décadas de 1950 e 1960, por meio de ativistas defensores do parto sem violência, muito influenciados pelas ideias levantadas por Leboyer (DINIZ, 2005). Dentre as principais responsáveis pelo questionamento de como a sociedade estava lidando com a esfera do parto, encontram-se as feministas e ecofeministas, que juntas construíram o movimento pela Reforma do Parto, consequente dos Coletivos de Saúde das Mulheres (WHO, 2005 *apud* DINIZ, 2005). Para Diniz (2005, p. 629), o atual movimento de humanização do parto e do nascer foi construído a partir de conceitos retirados de Sheila Kitzinger (1985), sobre a abordagem psicossocial do parto, de Michel Odent (2000), que discorre sobre uma nova definição da fisiologia do parto, e de Janet Balaskas (1996), sobre parto ativo. Há, ainda, as vertentes amigas da mulher (*womanfriendly*) e centradas na mulher (*woman-centered*) da “abordagem do parto como experiência genital e erótica, com desdobramentos inéditos na assistência” (DINIZ, 2005, p. 629).

Dando enfoque ao Brasil, ao final dos anos de 1980 iniciam-se propostas tanto pela população, quanto acadêmicas e científicas, para a melhoria do

atendimento ao parto, contestando seu forte modelo hegemônico (TORNQUIST, 2002). Levando como base os conceitos abordados em 1985 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Movimento pela Humanização do Parto e do Nascimento reivindica direitos básicos como o incentivo ao parto vaginal, a presença de um acompanhante durante todo o trabalho de parto, a inserção de parteiras no sistema de saúde, a diminuição das intervenções comprovadas cientificamente como desnecessárias e que geram riscos à saúde e vida da parturiente e do bebê, a possibilidade de escolha da posição em que se quer parir, entre outros (TORNQUIST, 2002).

Tornquist (2002) aponta em seu estudo que a categoria “Natureza” parece ser a ponte entre as vertentes biomédicas e alternativas do Movimento pela Humanização do Parto. Segundo a autora, os ideários da humanização do parto são reverberações de pensamentos concretizados inicialmente por pesquisadores como Dick-Read, Lamaze, Michel Odent, Frederick Leboyer e Moysés Paciornik, que difundiram conhecimentos revolucionários no campo, mas que antes não tinham seu devido reconhecimento. Seus estudos divulgaram ideias como a do parto sem dor, sem violência e natural, de valorização da natureza, da inserção de conhecimentos sobre todo o período gravídico-puerperal e cuidados com a saúde vindo de locais não ocidentais, crítica à medicalização obstétrica, entre outras.

Com a crescente mobilização por um atendimento respeitoso e que não reafirmasse as desigualdades de gênero, raciais e sociais, e a intensificação da produção de conteúdos científicos que abrangiam o assunto, na década de 90 políticas públicas que visavam o enfrentamento da violência obstétrica foram se intensificando e no ano de 2000 a humanização do parto é oficialmente configurada como política no Brasil com a efetivação do Programa Nacional de Humanização do Pré-Natal e Parto (PNHPN), em uma tentativa também de diminuir a taxa de mortalidade materna e perinatal. Com ele e outras políticas elaboradas, os direitos das pessoas grávidas deveriam ser assegurados e a relação delas com os médicos menos hierárquica (BARBOZA; MOTA, 2016).

Apesar disso, o que acontece na prática é outra história. Sendo considerado o segundo país com maior taxa de cesárea do mundo, o Brasil apresenta um índice de mais de 55% dos partos sendo cirúrgicos, podendo chegar a mais de 85% em hospitais particulares, contrapondo-se aos 10% a 15% recomendados pela OMS. Ultrapassando este número, há comprovações que a

cesariana não estaria mais beneficiando as parturientes e/ou os bebês, mas sim colocando ambos em grave risco (PEBMED, 2021).

Confrontando-se a essa taxa e aos inúmeros médicos cesaristas encontrados nos sistemas privados e públicos de saúde, o Movimento pela Humanização do Parto e Nascimento se mantém cada vez mais forte, estruturado e engajado. Buscando resgatar os conhecimentos de parteiras tradicionais e povos originários que englobam uma compreensão mais ampla sobre parto, gestação, ecologia e sustentabilidade (DOS SANTOS; LAGE, 2020), se vê crescendo o número de adeptos ao Movimento, e a procura por parte das grávidas por médicas(os) e parteiras que trabalhem dessa forma também segue aumentando.

O Parto Tradicional, realizado por parteiras que adquiriram o ofício muitas vezes desde crianças, observando suas avós, mães e tias “pegando menino”, é um importante elo no que diz respeito à humanização do parto e a ecologia, e nessa busca por uma forma de parir mais ecológica (DOMINGUES, 2012). Domingues (2012) sugere, ainda, que

A profunda conexão espiritual das parteiras se mescla com a natureza, incorporando em sua relação com a realidade e o tempo, o movimento das águas, os ventos, os animais e as matas. Elas permanecem intimamente ligadas ao mundo vivo em que estão imersas, tendo concepções práticas e concretas a respeito da fisiologia e do funcionamento do corpo feminino no período gestacional, permeadas por um caráter mágico e sagrado da natureza e seus poderes (DOMINGUES, 2012, p. 27).

A Ecologia em si tem seu nascimento a partir de sabedorias ancestrais e tradicionais de indígenas, indianos, africanos e outras culturas milenares que ensinam, há séculos, de forma profunda e complexa, o “estudo da casa”. Não à toa vemos os movimentos ambientais, sociais e políticos se aproximarem cada vez mais de uma narrativa que enaltece essas culturas (DOS SANTOS; LAGE, 2020).

Para a conquista de um cenário de parto que realmente seja humanizado, seria necessária a compreensão de que o ser humano é, também, natureza, assim como é compreendido na Ecologia Profunda, apresentada por Arne Naess, no século XX

A Ecologia Profunda não separa seres humanos - ou qualquer outra coisa - do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão

fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida. Em última análise, a percepção da ecologia profunda é percepção espiritual ou religiosa (DOS SANTOS; LAGE, 2020, p. 335).

Pessoas que vivem em maior contato com a natureza, sejam elas camponeses, indígenas, parteiras, benzedeiras etc., aprendem de forma empírica tudo o que ela tem a ensinar, criando prazer, respeito e amor por aquilo, além de se sentirem pertencentes a natureza. Nesse sentido, dos Santos e Lage (2020), pontuam que o parto humanizado concebe, precisamente, uma conexão ecológica com a terra.

Dessa forma, a humanização do parto – sobretudo a vertente do Movimento pela Humanização que prioriza a Tradição – nada mais é que um movimento pela reconexão humana com a sua natureza interna e a natureza externa também. Isso porque, como trazido anteriormente, seria a partir de um parto justo e respeitoso que ocorreria o desenvolvimento sustentável do homem e da sua capacidade de ver o mundo (e a natureza) e agir nele (TORNQUIST, 2004).

A ecologia não tem a ver apenas com a natureza (ecologia natural), mas principalmente com a sociedade e a cultura (ecologia humana, social, etc.). Numa visão ecológica, tudo o que existe coexiste. Tudo o que coexiste preexiste. E tudo o que coexiste e preexiste subsiste através de uma teia infinita de relações omnicompreensivas. Nada existe fora da relação. Tudo se relaciona com tudo em todos os pontos (DOS SANTOS; LAGE, 2020, p.335).

Em sua tese, Conte (2019) faz um forte paralelo entre o protagonismo da parturiente e a dimensão socioambiental, e da relação ambiental com gênero, demonstrando que “estudos feministas sobre problemas ambientais, mostram que gênero é inexoravelmente parte da mudança Ambiental” (CONTE, 2019 *apud* CONELL, 2015, p. 250). Isso porque, tanto a mulher quanto a natureza são vítimas diretas do sistema capitalista e patriarcal, por serem colocados em um lugar de inferioridade e submissão, sendo explorados ao ponto de inferiorizarem suas funções no que diz respeito a preservação ambiental (CONTE, 2019). Nesse sentido, o movimento do parto humanizado se faz essencial no retorno ao protagonismo e valorização da mulher e da natureza.

Mesmo questionando o termo “humanização” – por ser vago e pouco definido no âmbito do parto, o que acabaria deixando diversas brechas para as incorporações o utilizarem de uma forma que não necessariamente priorize o bem-estar da mulher ou do bebê – Conte (2019) não questiona a sua importância, apenas

sugere a implementação de uma nova linguagem, como a de “protagonismo da parturiente”, que evidenciaria ainda mais o cerne da questão levantada pela humanização do parto (que é justamente a de devolver a autonomia e protagonismo do ciclo gravídico-puerperal para a mulher).

Dessa forma, nesse capítulo levantaremos o debate sobre a importância dos movimentos que visam a humanização do parto, mas a problemática em torno de sua acessibilidade, bem como a prática da ginecologia natural e placentofagia, trazendo, por fim, um pouco sobre a história do Centro de Parto Humanizado Casa Ângela.

6.1 Ginecologia Natural e Placentofagia

A Ginecologia Natural (GN) é uma prática milenar que vem ganhando mais repercussão nos dias atuais, bem como o parto humanizado, principalmente pela facilidade de se compartilhar e acessar esse conhecimento por meio da tecnologia (SALA, 2020).

Martín (2018) menciona que a escrita mais antiga sobre ginecologia foi descoberta no Egito, datada de 1800 a.C., e denomina-se *Kahun Gynaecological Papyrus*. Nela, são encontradas diversas formas naturais, por meio de ervas e extratos de insetos, para lidar com as mais diversas questões ginecológicas lamentadas na época, não havendo nenhuma informação sobre tratamentos cirúrgicos. O mesmo encontramos nas comunidades indígenas e quilombolas, bem como em zonas rurais mais afastadas – uma sabedoria ancestral de cuidado ginecológico que cultiva forte e resistentemente a relação ser humano-natureza (MARTÍN, 2018).

Dessa forma, a Ginecologia Natural entra como aliada no resgate às práticas que promovem a reapropriação da autonomia da mulher sobre seu próprio corpo e saúde, incentivando, ainda, a reconexão com a natureza. Sendo um tema pouco estudado no meio acadêmico, a maternidade, gestação, parto e pós-parto são assuntos muito presentes na GN, que trata deles com olhar ecofeminista e decolonial. Assemelhando-se, portanto, dos ideários do Ecofeminismo, integrantes do movimento da Ginecologia Natural lutam pela “libertação de todas as formas de dominação” (DIEGUEZ; ALZUGUIR; NUCCI, 2021), seja das mulheres, seja da natureza.

Uma prática bastante comum e recomendada por profissionais da ginecologia natural, assim como vemos no Movimento pela Humanização do Parto e Nascimento, e que visa justamente desconstruir a ideia do corpo das mulheres como sujo e indecente – como é imposto pela sociedade – é a placentofagia, isto é, o ato de consumir a própria placenta após o nascimento do filho.

Considerada como a “árvore da vida” na visão da humanização do parto e da GN, a placenta é um órgão apresentado por todos os mamíferos fêmeas que estão gestando (com exceção daqueles que botam ovo) e de suma importância na manutenção da vida do feto durante a gestação, servindo “como interface dos sistemas fisiológicos materno e fetal” (KRISTAL, 1980). Sendo composta por membrana e líquido amniótico, cordão umbilical, placa coriônica, entre outros diversos e complexos aspectos anatômicos, a placenta e suas extensões são responsáveis por funções como manter uma temperatura constante no útero, amortecer movimentos e choques bruscos, ajudar na formação do sistema digestivo e respiratório, transportar nutrientes da mãe para o feto etc. (KRISTAL, 1980).

A placentofagia, por sua vez, é realizada pela maioria dos mamíferos não humanos. Mesmo sendo uma área da etologia com poucos trabalhos aprofundados, principalmente no Brasil, estudos demonstram que esse comportamento é realizado por alguns motivos principais, como limpeza do local evitando atrair predadores, fome geral e específica e mudança para uma dieta carnívora no momento do parto (YOUNG; BENYSHEK, 2010).

Em relação ao consumo da placenta em humanos, é observado que algumas culturas e sociedades antigas realizavam a prática, de forma ritualística e por razões variadas, mas com o passar dos anos o costume foi se perdendo e vista cada vez mais como indecente e, praticamente, imoral. Young e Benyshek (2010) relatam que a ingestão do órgão de pacientes saudáveis foi observada em médicos e enfermeiras vietnamitas, além disso, na Nigéria há estudos que apontam o uso da placenta seca de ovelhas para induzir o trabalho de parto das parturientes. Na China, Martín (2018) fala sobre a placenta ser usada na medicina tradicional chinesa como um medicamento milenar, com benefícios no rejuvenescimento e vitalidade da mãe.

Como mencionado, a placentofagia humana é um grande tabu na atualidade, mas o resgate da prática tem sido realizado pela Ginecologia Natural e pelo Movimento pela Humanização do Parto. Estudos dentro dessas áreas do

conhecimento, que se baseiam também nos conhecimentos de povos tradicionais, demonstram que o aproveitamento da placenta por parte do bebê e da mãe logo após ou dias depois do parto pode fornecer o aumento da energia vital da mãe, diminuir a probabilidade do desenvolvimento de depressão pós-parto, evitar hemorragias, conferir alívio de dor no pós-parto, regular o sono, entre outros. De modo geral, há benefícios no sistema cardiovascular, imunológico, endócrino e nervoso central. O consumo é feito a partir da placenta crua, batida com frutas, em forma de cápsulas ou até mesmo como tintura, e, para aquelas que não se sentem confortáveis em ingerir, existem ritos de passagem que enfatizam a importância da placenta no ciclo gestacional e reaproximam a gestação e o parto com a natureza, como plantar a placenta junto de uma árvore, ofertá-la ao mar ou ao fogo ou até carimbá-la em um papel que pode ser transformado em quadro (MARTÍN, 2018).

Como é pouco divulgado os benefícios relacionados à placentofagia nos meios médicos, é muito comum que após o parto a placenta seja descartada e a mãe não tenha nenhum tipo de contato com ela (MARTÍN, 2018). O Movimento pela Humanização do Parto e Nascimento e da Ginecologia Natural tem, portanto, importante papel difusor desses ideários que, além de antigos e tradicionais, aproximam as mulheres do seu eu-selvagem e da natureza como um todo.

6.2 Dificuldades encontradas por mulheres em acessar atendimento humanizado na hora do parto

Apesar da violência obstétrica ser considerada uma violação dos direitos humanos pela OMS, o acesso ao parto humanizado é ainda difícil e restrito. Mesmo o Movimento pela Humanização do Parto e Nascimento levar como base informações baseadas em evidência que, inclusive, divergem de algumas práticas utilizadas nos hospitais e por médicos obstétricos que não possuem tais evidências científicas, ainda há muita intolerância em torno desse assunto e da organização como um todo (MORAIS *et al.*, 2019).

A dificuldade em acessar o atendimento humanizado encontra-se nos hospitais particulares e públicos. Dados demonstram que as taxas de cesáreas realizadas são maiores na rede privada, porém a maior incidência de violência obstétrica ocorre na pública. Diversos estudos apontam que isso acontece devido a maior parte das pessoas a frequentarem a rede pública serem de uma classe social

mais baixa, possuindo menor grau de escolaridade e de acesso a informação, tornando-as mais suscetíveis a intervenções desnecessária e abuso por parte dos profissionais, muitas vezes motivado pelo preconceito (MORAIS *et al.*, 2019).

Assim, o ambiente do parto é também marcado pela desigualdade social. Enquanto é possível observar a procura e ocorrência de partos humanizados aumentar em classes sociais altas, em que há abastado acesso a informações, as classes desfavorecidas, com grande parte da população feminina sendo negra, continua enfrentando situações de extremo abuso (PEREIRA, 2018). Dados demonstram que mulheres negras são expostas a maiores violências tanto verbais, quanto psicológicas e físicas, como por exemplo a negação do uso de medicamentos para a dor (pela alegação de elas aguentarem mais dor que mulheres brancas) (DAVIS, 2020; FABIEN, 2017; HOFFMAN *et al.*, 2016).

Há, ainda, a dificuldade do acesso devido à falta de engajamento por parte dos profissionais tanto nas Universidades, que dificilmente incluem em suas disciplinas conteúdos que abordem a temática da humanização, quanto nos ambientes hospitalares, que raro se manifestam a favor de uma medicina multiprofissional (PEREIRA, 2018).

Outro ponto importante a se levantar é a questão dos partos domiciliares. Prática bastante antiga, que passou a ser vista como imprudente, possui duas principais esferas que a engloba. A primeira diz respeito a sua realização pelas parteiras tradicionais dentro de comunidades em que a assistência médica não chega, e isso compreende principalmente as regiões Norte e Nordeste do Brasil (PEREIRA, 2018). Nestes locais as parteiras, muitas vezes indígenas, ribeirinhas e quilombolas, acompanham as gestantes sempre que necessário e, quando a hora do parto chega, as ajudam – a partir de saberes que aprenderam ao longo da vida (BORGES; PINHO; GUILHEN, 2007).

Relatos trazidos na literatura demonstram que na maior parte das vezes não há cobrança de valores com a prestação desse serviço, elas o realizam por gosto, pela urgência em dar continuidade ao conhecimento e ofício e pelo simples ato de cuidar/ajudar. Mesmo sendo uma atividade pouco reconhecida no ramo acadêmico, as parteiras acreditam que o ato de partejar é um dom e que leva consigo grande responsabilidade (em determinados lugares elas ficam responsáveis não apenas pelo auxílio do parto, mas também por questões da saúde geral da comunidade), realizando-o de maneira extremamente respeitosa, refletindo seus

valores a respeito da vida e de sua própria fé (BORGES; PINHO; GUILHEN, 2007). Pela ausência de atendimento médico perto dessas regiões em que atuam, suas técnicas de auxílio à saúde ocorrem por meio de conhecimentos adquiridos via observação da natureza.

Nesses locais as parteiras têm forte reconhecimento e representam figuras de grande respeito. Em contrapartida, a inserção delas no sistema de saúde é um assunto polêmico e que gera diversas discussões. A partir de 2000, no Brasil, o parto domiciliar passa a ser ponto de destaque para o Ministério da Saúde, ocorrendo o desenvolvimento do Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais (PTPT) (GUSMAN *et al.*, 2015). Este realiza a inserção legal das parteiras no sistema de saúde público, para que médicos trabalhem em conjunto a elas em prol da saúde das mulheres, crianças e da família, buscando a garantia dos direitos humanos. Ainda assim, diversos obstáculos emergem quando na inclusão de parteiras em hospitais. A difícil comunicação entre elas e os médicos é ponto de destaque, mas ocorre ainda a dificuldade e falta de auxílio no deslocamento até os postos de saúde, falta de interesse por parte dos gestores, divergência no modo de ver e vivenciar a gestação e o trabalho de parto e a recusa em aceitar o parto domiciliar e as próprias parteiras, ambos vistos como algo retrógrado (GUSMAN *et al.*, 2015).

Dessa maneira, com a contínua desaprovação de uma forma de nascer menos desumana, não surpreende a dificuldade de acesso enfrentada por mulheres, principalmente pobres e negras, pelo parto humanizado (TEIXEIRA *et al.*, 2021). Acrescenta-se a isso uma segunda esfera, que se trata da elitização do Movimento pela Humanização do Parto e Nascimento. Saindo das comunidades afastadas, onde parteiras tradicionais atuam, e voltando-se as regiões consideradas, equivocadamente, mais importantes do país, como principalmente o Sul e Sudeste, vê-se uma crescente demanda por partos domiciliares ou com o auxílio de doulas e médicas obstetras humanizadas. Essa procura, porém, é majoritariamente realizada por mulheres de classe média alta e alta, brancas e escolarizadas. Isso se sucede devido ao alto valor oferecido por esses trabalhos, mas também pelo maior acesso a informações que essas pessoas têm (REGIS; FEIJÓ, 2019).

6.3 O Centro de Parto Humanizado Casa Ângela

Mesmo com a desaprovação por partes de muitos, ainda há iniciativas no Brasil de Centros de Parto Normal, também chamados de Casas de Parto. Ainda que haja evidências que o parto domiciliar não aumenta nenhum tipo de risco para as mães e bebês – o ambiente familiar pode, inclusive, facilitar o processo –, persiste o imaginário de ele ser algo inadequado e irresponsável. Os Centros de Parto entram, assim, como um meio termo do parto hospitalar e domiciliar (CASTRO, 2015).

Muito difundido em outros países (sobretudo nos desenvolvidos), mas ainda tratando-se de um assunto novo e que enfrenta diversos tabus no Brasil, existem algumas Casas de Parto pelo país, como é o caso da Casa Ângela, casa de parto associada ao SUS, localizada na periferia da zona sul da cidade de São Paulo, sobre a qual daremos enfoque.

Reconhecida como uma das maiores referências em humanização do parto no Brasil, a Casa Ângela, coordenada pela Associação Comunitária Monte Azul, entidade não-governamental e antropológica, tem sua origem em 1980 com a parteira alemã Angela Gehrke. A parteira, que tinha a inspiração de seu trabalho no médico obstetra Frederick Leboyer, ficou conhecida no país por atender mulheres grávidas da favela Monte Azul e, em 1997, fundou a Casa de Parto Monte Azul.²

Sendo fechada depois de apenas dois anos de existência, em 2008 ocorreu a inauguração do Centro de Parto Humanizado Casa Ângela, cujos objetivos eram homenagear a falecida parteira, que passou sua vida auxiliando famílias e mulheres grávidas de classes sociais baixas, e dar continuidade ao seu importante trabalho de ampliar o acesso ao parto humanizado (LOPES, 2018). Com isso, o Centro passou a oferecer, inicialmente, atendimento obstétricos que incluíam consultas de pré-natal e pós-parto, grupos de apoio, coleta de leite materno, cursos para gestantes e familiares, atividades de educação sexual para a comunidade local, entre outras, contando com ajuda de recursos adquiridos por meio de voluntários, parceiros e doadores (LOPES, 2018).

Desde 2012, a Casa Ângela atua também atendendo partos 24 horas por dia, recebendo inclusive famílias de renda mais alta, que possuem condições de pagar pelo serviço e auxiliam na manutenção e permanência do local. Foi então em 2015

² Informação disponível no site da Casa Ângela: <http://www.casaangela.org.br/>, acesso em 19/05/2022.

que a iniciativa conquistou um desejado contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo e, em 2016, passou a receber financiamento do Sistema Único de Saúde, possibilitando que as gestantes atendidas pelo SUS fossem acompanhadas, sedesejado, pelos profissionais da Casa Ângela durante todo o período gravídico- puerperal. Com a filiação ao SUS, o acesso ao local ficou mais fácil e, hoje em dia, oCentro de Parto atende cerca de 30 partos por mês (LOPES, 2018).

Para a gestante ter acompanhamento e o parto no Centro, sua gravidez precisa ser considerada de risco habitual, isto é, não apresentar nenhuma condição que traga perigo para a mãe e/ou o feto. Os profissionais que atendem lá são obstetrizes, técnicas de enfermagem e enfermeiras obstetras treinadas e preparadas para ajudar mulheres de forma não intervencionista, como é visto nos hospitais, e realizar os partos da maneira mais natural possível, buscando métodos de alívio de dor não convencionais, além de seguirem todos os critérios e recomendações da OMS(TORNQUIST, 2004).

O local é amplo e acolhedor, contendo alojamentos conjuntos para mães e bebês, salas de espera, quartos preparados para o parto, salas para consultas de pré-natal, ambulatório de aleitamento materno, copa, cozinha, área de descanso, lavanderia e salão para reuniões, eventos e cursos (LOPES, 2018).

Depoimentos prestados por quem foi atendido lá demonstram alto grau de satisfação, reiterando o discurso de que o parto realizado em um ambiente confortável, respeitoso e por profissionais aliados à mulher torna o processo mais seguro e prazeroso (32xSP, 2019).³

As imagens dispostas a seguir mostram algumas das áreas encontradas no Centro de Parto Humanizado Casa Ângela e alguns atendimentos realizados com asgestante e parturientes

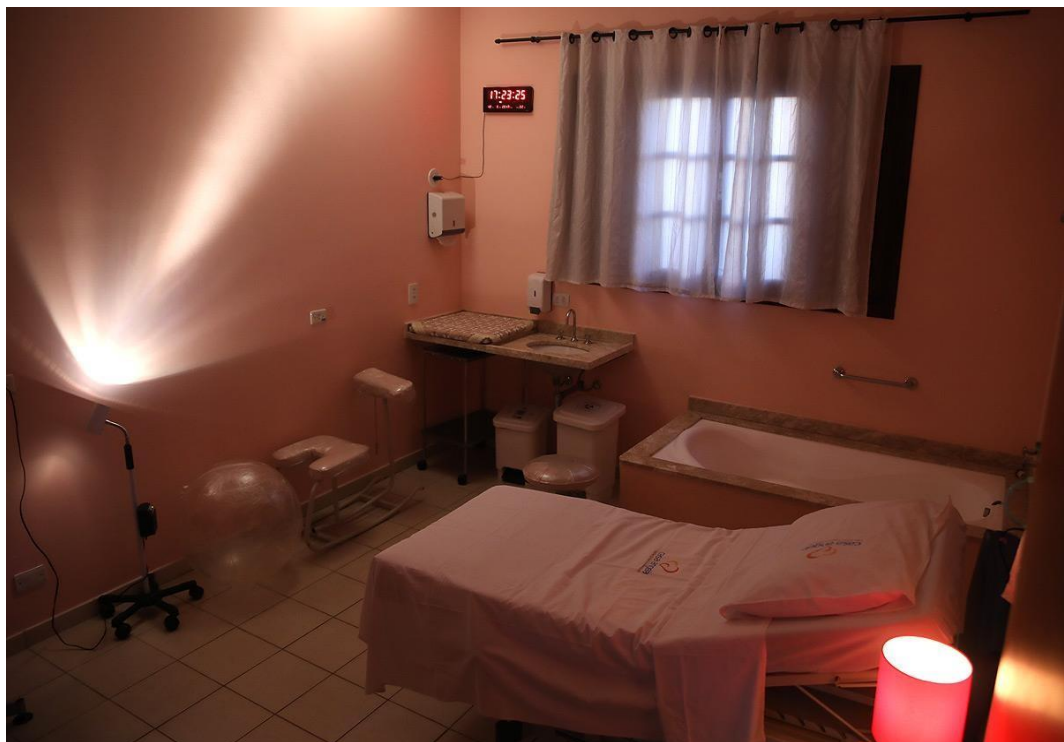
³ Relatos disponíveis no site da Casa Angela: <http://www.casaangela.org.br/relatos-de-parto.html>, acesso em 19/05/2022.

Figura 1 – Consultório



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Figura 2 – Quarto



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Figura 3 – Posto de Enfermagem



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Figura 4 - Área de Cuidados com o Bebê



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Figura 5 – Sala de Espera



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Figura 6 – Recepção



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Figura 7 – Recém-nascido indo direto para os braços da mãe



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Figura 8 – Gestante sendo acolhida por enfermeiras



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Figura 9 – Gestante sendo atendida por médica



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Figura 10 - Gestante sendo atendida por médica



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Figura 11 – Gestantes com pinturas na barriga



Fonte: extraído de <http://www.casaangela.org.br/fotos-da-casa-angela.html>

Tendo em vista o grande desafio em se ter um parto humanizado, principalmente enfrentado por mulheres periféricas, além da crescente medicalização do parto e uma certa romantização e banalização da violência obstétrica, o Centro de Parto Humanizado Casa Ângela demonstra ser uma iniciativa de extrema importância, trazendo consigo reivindicações necessárias no que diz respeito aos direitos da saúde da mulher.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as mulheres e suas funções sociais têm sido subjugadas. Essa dominação da sociedade – capitalista e patriarcal – para com as mulheres é fortemente debatida por teóricas ecofeministas desde a década de 1960, que alegam que isso ocorre não apenas para a manutenção do capital, mas pela forte conexão que as mulheres têm com a natureza.

Sendo vistas como uma extensão do meio ambiente e, portanto, perigosas e selvagens, o patriarcalismo se encarregou veementemente em silenciar e domesticar o sexo feminino, bem como faz há séculos com a natureza – a partir da industrialização intensiva, do agronegócio, pecuária etc. – como forma de manter a posição de domínio dos homens na sociedade. Esse processo, mesmo que secular, inicia-se mais fortemente no período da caça às bruxas, em que, a partir da disseminação de conceitos religiosos essencialmente católicos, as mulheres foram perseguidas, queimadas e assassinadas pela alegação de cometerem heresias, possuindo conhecimentos acerca da natureza e delas próprias que poderiam colocarem risco a consolidação da Igreja e dos homens no poder.

Assim sendo, não apenas o “lugar da mulher” foi estabelecido a partir de conceitos machistas e retrógrados, mas sua sexualidade e a reprodução foram engessadas como um serviço de acumulação capitalista, e a reprodução social é uma evidência disso. Estudos feministas demonstram que a esfera da reprodução social é vista como imprescindível à da produção econômica e compreendida como o conjunto de atividades de produção/criação de pessoas, que garante o fornecimento da mercadoria força de trabalho. Trata-se de uma esfera essencial, socialmente necessária, responsável pelo fornecimento da força de trabalho para que o sistema econômico possa, não apenas se manter, mas se reproduzir.

Dessa forma, não apenas o cuidar – enquanto ofício e sacerdócio – corresponde a um instrumento de dominação feminino, mas gestar, parir e amamentar figuram como elementos centrais nesse cenário, e a medicina tem importante papel no que se refere ao controle dos corpos femininos por meio da medicalização e industrialização do parto (DECARLI, 2019; NAGAHAMA; SANTIAGO, 2005). Não obstante, funções antes realizadas pelas mulheres passam a ser exclusivas dos homens, como, por exemplo, o auxílio ao parto.

O parto passa por diversas modificações com o decorrer da história da

humanidade, iniciando-se como algo sagrado, natural, repleto de simbologias e elementos espirituais, vivenciado por mulheres em ambiente familiar e que eram acompanhadas por outras mulheres, mas que se tornou um evento perigoso, patológico e medicalizado, sendo tratado como mais uma linha de produção do capitalismo, distanciando-o da natureza interna e externa.

Nesse intenso processo de modificação, gestantes, parturientes e puérperas perdem direitos humanos fundamentais, enfrentando diversas violências obstétricas (físicas e psíquicas) praticadas por médicos em hospitais públicos e privados, principalmente no que diz respeito às mulheres negras, pobres e periféricas. Para além disso, as parteiras tradicionais, que ocupavam importante papel na vida das mulheres também se vêem em posição de grande vulnerabilidade, tendo seus conhecimentos e princípios julgados e desvalorizados, sendo abruptamente excluídas da sociedade e do cenário do parto.

Apesar de todas essas sérias problemáticas, movimentos dissidentes como o da Ginecologia Natural e o Movimento pela Humanização do Parto e Nascimento demonstram se articular de forma cada vez mais enfática para assegurar os direitos das mulheres grávidas, das parteiras e reestabelecer a conexão com o que se é natural e essencialmente ecológico. Mesmo que essenciais, esses movimentos ainda necessitam se articular de forma que os torne mais acessível a todos, dado que até o momento a maior parcela da população que os alcança é branca, de classe média alta e alta. Justamente por isso, iniciativas como o Centro de Parto Humanizado Casa Ângela se fazem tão necessárias.

Além disso, a Educação Ambiental Crítica parece ser uma ferramenta também fundamental na ligação entre a preservação ambiental e a busca por uma nova forma de viver e tratar o ser humano, nesse caso em especial as mulheres e parturientes, dado que ela (a Educação Ambiental Crítica) surge justamente com o ímpeto de fomentar discussões sobre o sistema capitalista e a necessidade de abarcar a dimensão social na área ambiental, sendo uma estratégia para construir novos paradigmas no que tange à cultura e natureza no cenário de dominação dos corpos femininos no capitalismo.

Com o decorrer do trabalho, se tornou possível observar a ligação do parto com a natureza, tanto no que tange à dominação, industrialização e domesticação de ambos, quanto na concepção de que para alcançarmos uma relação efetivamente saudável e sustentável com o meio ambiente, a forma como as mulheres parem e

seus filhos nascem precisa ser mudada drástica e urgentemente, visto que o parto demonstra de diversas formas os valores da sociedade no tocante à natureza e a vida(DOMINGUES, 2012). Nesse âmbito, se faz clara a relação entre os ideais domovimento ecológico, ecofeminista, socioambiental, educação ambiental e da humanização do parto. Ainda assim, vemos como de grande importância que mais trabalhos sejam realizados relacionando a degradação ambiental e a ecologia como um todo com a esfera do parto e reprodução social.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. “Mulher e Natureza”: dos sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. **Mulheres, Trabalho e Justiça Ambiental**. Recife: SOS Corpo, 2012.

BARBOZA, L. P.; MOTA, A. Violência Obstétrica: vivências de sofrimento entregestantes do Brasil. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 5, n. 1, p. 119-129, 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BORGES M. S., PINHO D. L. M., GUILHEN D. A construção do cuidado das parteiras tradicionais: um saber/fazer edificante. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, p.317-322, 2007.

CARRASCO, C; BORDERIAS, C.; TURNS, T. (eds.). **El trabajo de cuidados: historia, teoría y políticas**. Madrid: Catarata, 2011, p. 122-144.

CARRASCO, C. La Sostenibilidad de la vida humana: un asunto de mujeres? In: **Mientras Tanto**, n. 82. Barcelona: Icaria Editorial, 2001

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2001.

CASTRO, C. M. Os sentidos do parto domiciliar planejado para mulheres do município de São Paulo, São Paulo. **Cad. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 69-75, 2015.

CLOVER, D.E.; FOLLEN, S.; HALL, B. **The nature of transformation**: Environmental adult education. Toronto (Ontario): Ontario Institute for Studies in Education/University of Toronto, 2000.

COHEN, M. **Connecting with Nature**: Creating moments that let Earth teach. Cohen, World Peace University, 1990.

COMBES, D.; HAICAULT, M. Produção e Reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVISKY-BULPORT *et. al.* **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CONTE, Aline Shirazi. **Dimensão socioambiental e protagonismo da parturiente**. 2018. Tese (Mestrado em Ciências) – Programa de Mudança Social e Participação Política – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

COPELLI, F. H. S., *et al.* Fatores determinantes para a preferência da mulher pela cesariana. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 24, p. 336-343, 2015.

DAVIS-FLOYD, R. **Birth as an american rite of passage**. London: University of California, 2003.

DIAS, M. A. B; DOMINGUES, R. M. S. M. Desafios na implantação de uma política de humanização da assistência hospitalar ao parto. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, 2005.

DIEGUEZ, R. S. M.; ALZUGUIR, F. C. V.; NUCCI, M. F. “Descolonizar o nosso corpo”: ginecologia natural e a produção de conhecimento sobre corpo, sexualidade e processos reprodutivos femininos no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana**, n. 37, p. 1-24, 2021.

DINIZ, C. S. G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência & saúde coletiva**, v. 10, p. 627-637, 2005.

DOS SANTOS, O. A. C. R.; LAGE, A. C. Epistemologias da floresta: ecologia e modos de vida integrados com a natureza. **REMA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 3, p. 328-348, 2020.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**, 1. ed. –São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo. Elefante, 2019.

FEDERICI, S. **O patriarcado do Salário**: volume I. São Paulo. Boitempo, 2021.

FERRARI, A. P., *et al.*, Efeitos da cesárea eletiva sobre os desfechos perinatais e práticas de cuidado. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, p. 889-898, 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1984.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1990.

GUSMAN, C. R. et al. Inclusão de parteiras tradicionais no Sistema Único de Saúde no Brasil: reflexão sobre os desafios. **Pan American Journal of Public Health**, v. 37, p. 365-370, 2015.

KERGOAT, D. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. In: HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresas e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

KITZINGER, S. **A experiência de dar à luz**. Tradução de L. C. de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

KOLLONTAI, A. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

KRISTAL, M. B. Placentophagia: A Biobehavioral Enigma (or *De gustibus non disputandum est*). **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, New York, v. 4, n. 2, p. 141-150, p. 141-150, 1980.

LAINEZ, M. C. T. Mujeres y madres, Ecofeminismo e interculturalidad. **Medicina Naturista**, v. 1, n. 1, p. 2-8, 2007.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014.

LEÃO, M. R. C. *et al.* Reflexões sobre o excesso de cesarianas no Brasil e a autonomia das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 2395-2400, 2013.

LEBOYER, F. **Nascer sorrindo**. 15ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

LIMA, G.A.F; LOPES, M.C.A. **Violência obstétrica e riscos do uso da manobra de kristeller durante o parto**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Enfermagem) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2019.

LOPES, G. A. **Desfechos perineais no Centro de Parto Humanizado Casa Angela, São Paulo (SP): estudo transversal**. 2018. Dissertação (Pós-Graduação em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LOUREIRO, C.B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 1473-1494, 2004.

LOVATTO, P. B. *et al.* Ecologia Profunda: o despertar para uma educação ambiental complexa. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 122-137, 2011.

MAIA, D.S. **Alexandra Kollontai: Memória, reflexões e lutas pela libertação da mulher**. 2017. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) –Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 2017.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIES, M. **Patriarchy & Accumulation on a World Scale**: women in the international division of labour. London: Zed Books Ltda, 1986.

MORAIS, L. O. *et al.* O Parto Humanizado no contexto atual: Uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 37, p. 1-7, 2019.

MOTT, M. L. Parteiras: o outro lado da profissão. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 117-140, 2005.

MULLER, E.; RODRIGUES, L.; PIMENTEL, C. O tabu do parto. **Civitas**, v. 15, n. 2, p.272-293, 2015.

MURARO, R. M. Introdução. In: KRAMER, H; SPRENGER, j. **O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

NAGAHAMA, E. E. I.; SANTIAGO, S. M. A institucionalização médica do parto no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 651-657, 2005.

NASCIMENTO, J.L.M. **Resíduos sólidos de serviços de saúde e lixo hospitalar: uma questão ambiental**. 2011. Monografia (bacharel em Farmácia) – Curso de Farmácia – Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes, Rondônia, 2011.

ODENT, M. **Gênese do homem ecológico: o instinto reencontrado**. São Paulo: Tao, 1982.

ODENT, M. **O Camponês e a Parteira: uma alternativa à industrialização da agricultura e do parto**. São Paulo: Ground, 2003.

PALMERO, M. J. G. Un vínculo privilegiado mujer-naturaleza? Rachel Carson y el tránsito de la sensibilidad naturalista a la conciencia ecológica. In: CAVANA, M L; PULEO, A.; SEGURA, C. (coord.). **Mujeres y ecología: historia, pensamiento, sociedad**. Madri: Al-Mudayna, 2003. p. 119-127.

PEREIRA, R. M. *et al*. Novas práticas de atenção ao partos e os desafios para a humanização da assistência nas regiões sul e sudeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Ribeirão Preto, v. 23, p. 3517-3524, 2017.

PLUMWOOD, V. **Feminism and the Mastery of Nature**. Oxfordshire: Routledge, 1 ed. 1993.

PULEO, A. Del ecofeminismo clásico al deconstrutivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido. In: AMORÓS, C; DE MIGUEL, A. (ed.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. De los debates sobre el género al multiculturalismo**. Madri: Minerva, 2005.

RATTNER, D. Humanização na atenção a nascimentos e partos: breve referencial teórico. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, p. 595-602, 2009.

REICH, W. **A Revolução Sexual**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

REGIS, J. F. S.; FEIJÓ G. V. Marcas da colonialidade no movimento pela humanização do parto no Brasil a partir dos filmes *O renascimento do parto 1 e 2*. **Discurso & Sociedade**, n. 1, v. 13, p.118-138, 2019.

REICH, W. **O Assassinato de Cristo**. São Paulo: Martins Fontes, 1951.

RUETHER, R. R. Ecofeminismo: Conexões Simbólicas e Sociais entre a Opressão das Mulheres e a Dominação da Natureza. **Estudos Teológicos**, v. 32, n. 3, p. 240- 252, 1992.

SALA, N. C. La Ginecología Natural em América Latina: Um movimento sociocultural del presente. **Sexualidad, Salud e Sociedad, Revista Latinoamericana**, n. 33, p. 59-78, 2019.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

SENA, L.M. **“Ameaçada e sem voz, como num campo de concentração.” A medicalização do parto como porta e palco para a violência obstétrica**. 2016. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVA, F. *et al.* “Parto ideal”: medicalização e construção de uma roteirização da assistência ao parto hospitalar no Brasil em meados do século XX. **Saúde Soc.**, v. 28, n. 3, p. 171-184, 2019.

SILVA, M.F. **Mulheres que vieram antes: Os fundamentos teóricos e a construção social do feminismo no contexto euro americano**. 2010. 145p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciencias Humanas e Sociais. Franca, Sao Paulo. 2020

TEIXEIRA, N. Z. F.; PEREIRA, W. R. Parto hospitalar – experiências de mulheres da periferia de Cuiabá-MT. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, p. 740-744, 2006.

TORNQUIST, C. S. **PARTO E PODER: O movimento pela humanização do parto no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

TORNQUIST, C. S. Humanização do parto: entrevista com Robbie Davis-Floyd. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 2, p. 389-397, 2002.

TORNS, T. El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad. In: CARRASCO, C. **Tiempos, trabajos y género**. Barcelona: UB, 2001, p. 133-147.

TURA, P.F. Grito primal – o parto natural domiciliar como performance como arte. **Revista Poiesis**, Rio de Janeiro, n. 24, p.215-226. 2014

VIOLA, E. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986). In PADUA, J.A. **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

VIOLA, F. I.; VIOLA, A. M. B; ESPINOZA, M. El racionalismo y la descorporalización moderna del parto: por una ecología del nacimiento. **Salud Colectiva**, Lanús, v. 16, p. 1-14, 2020.

YOUNG, S. M.; BENYSHEK, D. C. In Search of Human Placentophagy: A Cross- Cultural Survey of Human Placenta Consumption, Disposal Practices and Cultural Beliefs. **Ecology of Food and Nutrition**, v. 49, n. 6, p. 467-484, 2010.

ZANARDO, G. L. P. *et al.*, Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. 1-11, 201.

